

REALIDADE BRASILEIRA E QUESTÃO REGIONAL

Cultura, **Renda Básica** e Trabalho



CADERNO DE FORMAÇÃO
DE FORMADORES



PROEXC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA



CADERNO DE FORMAÇÃO
DE FORMADORES



REALIDADE BRASILEIRA E QUESTÃO REGIONAL

Cultura, Renda Básica e Trabalho



PROEXC
PRO-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA



Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho



Editora UFPE

Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Vice-Diretor: Junot Cornélio Matos

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília de Azambuja Machel

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Pró-Reitor: Oussama Naouar

Coordenação de Gestão Editorial e Impacto Social

Coordenador: Adriano Dias de Andrade

Assistente: Artur Villaça Franco

Editoração

Revisão de Texto: Eduardo Mara, Andressa Lira Bernardino, Isabel Padilha de Castro Perazzo de Andrade e João Gabriel Pereira da Silveira.

Projeto Gráfico e Ilustração e capa: Advane Silva Braga (Diva Braga)

Fotos: Acervo do Projeto

Pareceristas ad hoc

Edna Aparecida Carvalho Pacheco (Universidade Federal do Triângulo Mineiro)

Vanessa Bezerra de Souza (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

C122 Caderno de Formação de Formadores [recurso eletrônico] : realidade brasileira e questão regional : cultura, renda básica e trabalho / Advane Silva Braga... [et al.]. – Recife : Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE; Ed. UFPE, 2022.

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-143-9 (online)

1. Educação – Aspectos sociais. 2. Professores – Formação. 3. Educação comunitária. 4. Educação popular. 5. Movimentos sociais. 6. Extensão universitária. I. Braga, Advane Silva.

370.115 CDD (23.ed.) UFPE (BC2022-075)



Esta obra está licenciada sob uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não Comercial-
-Sem Derivações 4.0 Internacional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
SOBRE A METODOLOGIA	8
SOBRE O PROCESSO FORMATIVO	9
MÓDULOS	10
TEMPO ESCOLA	11
TEMPO COMUNIDADE	12
PESQUISA-AÇÃO	14
FORTALECIMENTO DAS LUTAS	16
MÓDULO 1	18
FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E QUESTÃO REGIONAL	
QUEM SOMOS?	
EMENTA	18
INTRODUÇÃO AO TEMA	19
E O QUE ACONTECIA NO NORDESTE NESSE PERÍODO?	23
COMO O POVO SE FORMOU LUTANDO?.....	25
E A QUESTÃO REGIONAL?.....	28
PROPOSTAS DE ATIVIDADES TERRITORIAIS.....	39
REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES.....	40
MÓDULO 2.....	45
ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ORÇAMENTO E CONTROLE SOCIAL	
DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI O RECURSO PÚBLICO?	
EMENTA.....	45

O QUE É O ESTADO?	46
E NO CAPITALISMO.....	47
E NO BRASIL?	49
QUEM FINANCIA O ESTADO?	50
MAS, ENTÃO, PARA ONDE VAI ESSE DINHEIRO?	52
É POSSÍVEL DISPUTAR ESSES RECURSOS?.....	53
QUAL A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS? 77	
PROPOSTAS DE ATIVIDADES TERRITORIAIS.....	59
REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES.....	60

MÓDULO 3..... 64

TRABALHO E RENDA BÁSICA PARA O POVO BRASILEIRO

DIREITO DE TRABALHAR. TRABALHAR COM DIREITOS!

EMENTA.....	64
COMO A CLASSE TRABALHADORA SE FORMOU NO BRASIL?	65
CLASSE TRABALHADORA ATUAL, DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E RENDA BÁSICA	69
PROPOSTAS DE ATIVIDADES TERRITORIAIS.....	73
REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES.....	74

MÓDULO 4..... 80

ORGANIZAÇÃO POPULAR: CULTURA, RENDA BÁSICA E TRABALHO

É POSSÍVEL, É URGENTE, É NECESSÁRIO!

EMENTA.....	80
O QUE É O PROJETO POPULAR?.....	81
QUE MUDANÇAS ESTRUTURAIS SÃO ESSAS? COMO SABEMOS SE O PROJETO É REALMENTE POPULAR?	82

O PROJETO POPULAR É VIÁVEL?	83
O QUE NOS IMPEDE DE CONSTRUIR ESSE PROJETO?	84
ORGANIZAÇÃO POPULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/PE...	86
QUAL A RELAÇÃO ENTRE PROJETO POPULAR, POLÍTICA DE SOLIDARIEDADE E A LUTA PELO DIREITO À RENDA BÁSICA?.....	89
O QUE É RENDA BÁSICA?.....	90
DE ONDE VEM A PROPOSTA DA RENDA BÁSICA?	90
COMO ESSE DEBATE CHEGA NO BRASIL?	91
QUAL A DIFERENÇA ENTRE RENDA BÁSICA E AUXÍLIO EMERGENCIAL?..	92
E EM PERNAMBUCO?.....	94
A CAMPANHA DA RENDA BÁSICA EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA..	95
O QUE É A CAMPANHA POPULAR PELA RENDA BÁSICA?.....	96
DIREITO À RENDA BÁSICA: POR UM PROJETO POPULAR PARA RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA!.....	97
E AGORA, COMO PARTICIPAR DESSA CAMPANHA EM RECIFE E AMPLIÁ-LA PARA OUTROS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA?.....	98
PROPOSTAS DE ATIVIDADES TERRITORIAIS.....	101
REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES.....	102

APRESENTAÇÃO

Este material expressa um esforço coletivo de apresentar um guia do trabalho de formação desenvolvido a partir do projeto de extensão *Realidade Brasileira e Questão Regional: Cultura, Renda Básica e Trabalho*. É um convite para a multiplicação e fortalecimento da campanha pelo direito à renda básica através de outras iniciativas. Trata-se de um roteiro com pontos elementares para orientar educadores e educadoras populares no trabalho junto ao povo, que pode e deve ser enriquecido no desenvolvimento deste trabalho com as diversas turmas em cada comunidade.

O projeto inspirou-se no Curso de Realidade Brasileira (CRB), que acontece desde o ano 2000 em diversos estados, reunindo educadoras/es e movimentos populares para o estudo da formação social, econômica, cultural e política brasileira a partir das expressões na realidade local e regional. Isto a partir de autores como Florestan Fernandes, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Heleieth Saffioti, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Milton Santos, Josué de Castro, entre outros/as.

Essa experiência expressou um processo de formação de formadores, pesquisadores, articuladores de grupos comunitários e movimentos populares em Recife e Região Metropolitana com o foco nos territórios da *Várzea, Morro da Conceição e Brasília Teimosa*, em Recife; de *Peixinhos*, em Olinda; e *Comunidade da Vila Claudete*, no Cabo de Santo Agostinho.

Junto ao processo de formação, foi desenvolvida também uma pesquisa-ação, que se baseou na elaboração, aplicação e sistematização de informações sobre as condições de vida e trabalho da população dos territórios que contribua para o pla-

no de ações em torno da Campanha pelo Direito à Renda Básica. Essas ações foram desenvolvidas de maneira intercalada com o processo de articulação e organização comunitária, com base na metodologia da **Pedagogia da Alternância**, fomentando atividades descentralizadas. A carga horária total das ações foi de 20 horas semanais, contemplando atividades do tempo escola e do tempo comunidade, atentando para o plano de biossegurança.

SOBRE A METODOLOGIA

Informamos ao/à leitor/ra que, ao decorrer do texto aqui apresentado, dialogaremos com alguns dados e informações sistematizadas e coletadas na pesquisa-ação realizada durante o projeto de extensão **Realidade Brasileira e Questão Regional: Cultura, Renda Básica e Trabalho**.

Entendemos que o processo de formação, na perspectiva dos movimentos sociais e populares, **demandam, além dos cuidados relativos à biossegurança em contextos pandêmicos, a retomada do importante legado das experiências de educação popular e o estímulo ao estudo**. Por isso, ações que se destinam a contribuir com esse elemento, a partir da Universidade, devem atentar para a necessidade de um permanente diálogo entre o conhecimento científico, a partir de um método crítico e dialético que considere as contradições presentes na realidade social, e as experiências do povo e suas necessidades. Nesse sentido, a formação deve ser pensada como um processo que também compõe a ação organizativa, respeitando a autonomia dos movimentos populares e de seus processos educativos, o que também pressupõe vínculos com projetos contra hegemônicos de sociedade.

Nessa perspectiva, desde o planejamento até a avaliação, as ações pressupuseram a partilha das responsabilidades e a construção democrática entre todos os sujeitos envolvidos. Isto considerando também a importância da função social da educação, particularmente da Universidade Pública, um patrimônio do povo brasileiro e que por este deve ser reivindicada. É importante lembrar as palavras de Darcy Ribeiro (1968) para quem a universidade não é [e não deverá ser] nem um privilégio nem um dom intelectual, mas uma necessidade social. Ela deve, portanto, estar profundamente conectada com as necessidades sociais de seu tempo histórico.

A formação se deu na perspectiva da **educação popular** e da **pedagogia da alternância**, metodologia cujo princípio é o enraizamento dos conteúdos aprendidos através da prática no próprio território onde se vive e se trabalha. Nosso intuito foi auxiliar um amplo processo de construção e fortalecimento das organizações populares, principalmente nas periferias de Recife e Região Metropolitana, e promover sua participação na luta pelo direito à renda básica. Gente organizada, consciente de seus direitos é capaz de pensar novos rumos para a cidade e para o país, o que é essencial para a defesa da democracia e de um projeto popular de nação.

SOBRE O PROCESSO FORMATIVO

A formação demanda certamente a partilha do conhecimento acumulado sobre a realidade do país, mas não para por aí. Nos formamos enquanto sujeitos quando adquirimos ciência de nossa capacidade de fazer história, de transformar a realidade que vivemos. Dessa forma, conhecer é também fazer, participar, caminhar junto. Por isso o processo formativo se deu em quatro eixos complementares: **o tempo escola, o tempo comunidade, a pesquisa-ação e o fortalecimento das lutas.**

MÓDULOS

Cada módulo é composto por atividades do tempo escola e tempo comunidade com duração mensal. Nesta edição, elencamos os seguintes temas:

1

**FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E QUESTÃO REGIONAL
QUEM SOMOS?**

2

**ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ORÇAMENTO E CONTROLE SOCIAL
DE ONDE VEM E PRA ONDE VAI O RECURSO PÚBLICO?**

3

**TRABALHO E RENDA BÁSICA PARA O POVO BRASILEIRO
DIREITO DE TRABALHAR. TRABALHAR COM DIREITOS!**

4

**ORGANIZAÇÃO POPULAR: CULTURA, RENDA BÁSICA E TRABALHO
É POSSÍVEL, É URGENTE, É NECESSÁRIO!**

TEMPO ESCOLA

É o momento do estudo e da formação teórica que reúne no mesmo espaço todas as turmas de todos os territórios, bem como os monitores, pesquisadores e articuladores. Este também é o momento de socialização das experiências locais.

Juntar o povo não é fácil e, considerando as dificuldades impostas pela pandemia, tudo se tornou ainda mais difícil. **Como reunir gente de lugares tão distantes para estudar juntos? O que há de comum na realidade vivida?** Fizemos isso utilizando as tecnologias disponíveis para reuniões virtuais (apenas para os módulos do tempo escola). Assim, a **coordenação político-pedagógica** garantiu formas de organização e acesso para viabilizar a estrutura necessária de acompanhamento das formações.

A utilização das **novas tecnologias na educação popular** deve considerar que, em uma **educação emancipadora**, não basta reunir para assistir passivamente a um conteúdo transmitido virtualmente. **É necessário provocar a participação**, o questionamento sobre o que é transmitido, refletir e compartilhar a vivência cotidiana no território. Para isso, trabalhamos o seguinte roteiro para cada encontro virtual:

EXPOSIÇÃO: Dois convidados para partilhar uma síntese do que têm acumulado sobre o tema em, no máximo, 30 minutos.

QUESTÕES GERADORAS: A coordenação pedagógica é responsável por provocar os participantes em cada território a debater a exposição a partir de perguntas. Se trata não apenas de envolver as pessoas, mas do aprendizado como diálogo e construção do conhecimento. **O debate coletivo de cada território é socializado com a plenária virtual.**

MÍSTICA: Aprendemos ouvindo, vendo e refletindo. Contudo, não somos feitos somente de razão, mas também de sentimento. Quando se trata de aprender sobre nossas vidas é importante que as ideias mexam conosco. A mística se dedica a isso, a relacionar o conhecimento do mundo com a arte, a música, os gostos, os sonhos.

GRAVAÇÃO: Cada módulo deve ser uma produção coletiva de saberes. Dessa forma, cada um dos quatro momentos deve ficar gravado e disponibilizado para consulta e estudo posterior auxiliando as atividades nos territórios durante o tempo comunidade.

TEMPO COMUNIDADE

Os/as educadores/as formados pelo tempo escola têm, a cada módulo, o desafio de partilhar esses conhecimentos, transformá-los em prática de educação popular em cada comunidade. Isso pode ser feito através de oficinas e demais atividades planejadas pelo grupo territorial, considerando as condições concretas de cada localidade. Tais oficinas são presenciais e devem ser preparadas com o máximo de cuidado pelos grupos locais junto à coordenação político-pedagógica. O passo-a-passo para que isso se dê é listado a seguir:

METODOLOGIA: Para as oficinas nos territórios não há uma fórmula pronta, mas cada módulo deve indicar uma oficina que facilite o desenvolvimento e aprofundamento do tema na relação com os territórios. Exemplos: Sessões de Cineclubes, Cartografia Social, Rodas de Diálogo, Oficinas de Audiovisual. É necessário reunir os educadores e pensar como traduzir os conteúdos estudados no tempo escola em algo que seja reconhecido a partir das

vivências no próprio território. O material básico de referência para a preparação desses momentos poderá ser este caderno e as gravações dos módulos *on-line*. A mística do espaço deve ser trabalhada a partir dos símbolos locais, da vivência concreta do nosso povo.

BIOSSEGURANÇA: O que nos move é o compromisso com a vida das pessoas. Nesse sentido, é importante levar em conta, em contextos de pandemia ou de epidemia, a necessidade de assegurar espaços que possibilitem *distanciamento social*, *uso de máscaras*, *álcool para higienização das mãos*, etc.

PENSAR O ESPAÇO COM ANTECEDÊNCIA: A forma como reunimos as pessoas, como as acolhemos a cada oficina, será determinante para a continuidade do trabalho. É enorme a falta de espaços de convivência nos bairros. Devemos buscar espaços que sejam referenciados pelas organizações populares que atuam nos bairros e sejam de fácil acesso às moradoras e moradores. *Não é só a partilha de ideias que nos forma*. Os momentos de conversa durante os intervalos e durante o lanche são também momentos essenciais para que o conhecimento partilhado se torne parte da *construção da organização do povo*.

SISTEMATIZAR A EXPERIÊNCIA: É nas oficinas que os educadores são também educados na vivência com o povo. O aprendizado do educador começa muito antes e se estende muito depois do momento da oficina: é necessário aprender com as dificuldades de reunir o povo, com a estrutura que temos para realizar a atividade, com a divisão de tarefas. *Mais do que isso, o momento da oficina é também momento de escuta, de entender como a realidade estudada se apresenta concretamente na vida das pessoas*. Cada oficina deve, assim, gerar uma sistematização do conhecimento que servirá de ponto de partida para melhorar nos-

sas ações adiante, fornecendo também informações relevantes à pesquisa-ação nos territórios.

PESQUISA-AÇÃO

Nosso objetivo é conhecer para transformar. Se as formações e oficinas nos forneceram até aqui conhecimentos gerais acerca das razões da desigualdade social presente no nosso país e em nossa região, *conhecer a realidade de nosso povo exige compreender como ela se apresenta em cada localidade*. Para isso, junto aos momentos de oficina, é importante um momento de escuta e coleta de dados sobre a realidade do bairro, divididas em três eixos:

EIXOS

1

ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL E PROPOSTA DE RENDA BÁSICA;

2

POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA;

3

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMANDAS DA CLASSE TRABALHADORA NOS MUNICÍPIOS.

Em cada um desses eixos devem ser produzidos dados gerais sobre a realidade dos municípios, bem como dados acerca da percepção dos grupos envolvidos nos módulos acerca destes temas. A proposta é responder juntos às seguintes questões:

- Como se arrecada e como se gasta o dinheiro de nossos impostos?
- Como vive a classe trabalhadora na Região Metropolitana do Recife?
- Quais são as principais expressões da pobreza e desigualdade em nossos territórios?
- Como se organiza o nosso povo?
- Quais são as ferramentas de luta que temos e quais nossas principais reivindicações?
- É possível garantir uma renda básica permanente ao nosso povo? Que necessidades devem ser atendidas?

Chamamos a isso de **pesquisa-ação** porque o conhecimento gerado em torno dessas perguntas deverá se transformar em subsídio para as lutas da classe trabalhadora de uma determinada região, no caso da Região Metropolitana de Recife (RMR). **Nosso intuito é fortalecer as organizações populares nos bairros**, mas também fomentar a unidade entre os movimentos sociais e populares em torno da **luta pelo direito à renda básica**.

FORTALECIMENTO DAS LUTAS

Toda luta começa a partir do lugar onde vivemos, estudamos ou trabalhamos. É a partir do local, da comunidade que surgem as pautas e a organização autônoma do povo capaz de conquistar direitos. Contudo, essas lutas por vezes só são resolvidas no âmbito da região, do município e até mesmo do próprio país. Daí a importância de aproximarmos as organizações locais dos movimentos e articulações em nível regional e nacional. É transformar as demandas de cada território (bairros, Universidades, escolas, locais de trabalho) como parte desse imenso mosaico que queremos realizar como projeto de país. Nosso ponto de partida, condicionado pela atual crise econômica e sanitária que nos foi imposta pela ganância dos de cima, é a luta por uma renda básica para a população do Recife e Região Metropolitana.



COMO PODEMOS
MELHORAR A VIDA
DAS PESSOAS NO
BAIRRO?

MÓDULO

1 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E QUESTÃO REGIONAL

QUEM SOMOS?

EMENTA

O sentido da colonização: formação histórica, política e econômica do Brasil, do Nordeste e de Pernambuco. Conflitos e lutas sociais: dos povos originários à influência republicana. Do Engenho à Usina: o fim do Ciclo da Cana e o desenvolvimento industrial. A questão da moradia e dos mocambos. Aspectos regionais do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, divisão regional do trabalho e desigualdades sociais no território pernambucano ontem e hoje.

INTRODUÇÃO AO TEMA

O fato de a colonização ser um importante marco nos estudos sobre a formação social brasileira não deve desconsiderar o processo de ocupação do nosso território por parte dos povos que aqui viviam antes da invasão portuguesa e produziam suas vidas a partir de seu trabalho, mas o faziam de forma muito diferente da do colonizador. Os povos originários não conheciam as técnicas de produção e consumo já presentes na Europa daquele tempo. Por outro lado, eles também desconheciam a desigualdade social, a escravidão e a violência do Estado. A terra não era para eles uma propriedade, mas parte integrada de suas vidas, um bem coletivo, como o era também tudo o que produziam.

A dominação do território brasileiro pelos portugueses, no século XVI, expressou também o avanço do mercantilismo, período durante o qual se acumularam as riquezas necessárias à existência da burguesia industrial e do modo de produção capitalista, embora isso tenha se dado de formas diferentes em cada país e região. O encontro dos invasores com os povos indígenas foi tenso e conflituoso, pois se tratava de interesses opostos: os que aqui viviam lutavam (e ainda lutam) para garantir sua relação com a terra e a natureza, com sua cultura e sabedoria; o invasor lutava para transformar nosso território em uma extensão dos interesses mesquinhos de acúmulo de riqueza impostos pela Coroa Portuguesa. Nos primeiros anos, os colonizadores se apropriaram das riquezas desta terra levando nossos recursos naturais, culturais e humanos, como o pau-brasil, para o comércio europeu. Como nos lembra Caio Prado Junior (2008), o diferencial da colonização ibérica nas Américas é o de que nela os portugueses e espanhóis buscaram apenas extrair riquezas, estabelecer pontos de comércio, mas nunca povoar o território. Em outras palavras, os colonizadores nunca se preocuparam em formar uma sociedade nova nessas terras.

*O QUE É MERCANTILISMO?

O mercantilismo foi o período de crescimento da burguesia comercial na Europa, ainda dentro das antigas relações feudais. Era uma burguesia bem diferente daquela que conhecemos hoje, mas que já se movimentava para ampliar o comércio de mercadorias e produtos manufaturados pelo mundo. Foi esse pessoal que pressionou as monarquias às navegações e conquistas de colônias para alimentar com metais preciosos, matérias primas e alimentos baratos, o processo de crescimento das relações capitalistas.

Para que a riqueza se acumulasse nas mãos da nascente burguesia europeia e esta pudesse desenvolver as relações modernas de produção, optou-se pela utilização das formas mais bárbaras e arcaicas de exploração do trabalho humano em nosso país. Ao longo de quase quatro séculos, o projeto de exploração das terras brasileiras pelo colonizador europeu trouxe milhões de africanos aprisionados. Como resultado do modelo escravista, em meados do século XIX, a população estimada em todo o território brasileiro era de 5 milhões, dos quais a metade constituída por trabalhadores escravizados.

*GENOCÍDIO DO POVO NEGRO

Antes dos portugueses chegarem havia aqui cerca de 5 milhões de indígenas. Foram trazidos mais 7 milhões de africanos que aqui foram escravizados. Ao final do período, no final do século XIX, contávamos novamente com uma população de 5 milhões.

O que aconteceu a esses milhões de pessoas? De um lado, os povos originários foram dizimados pela violência do colonizador e pelas doenças que os mesmos trouxeram para o nosso território. De outro, a vida dos escravizados pouco valia para o colonizador, a não ser como mercadoria rentável e de fácil reposição. O genocídio do povo negro e indígena é a marca de nascença da colonização brasileira.

Num contexto de constante conflito social e enfrentamento se formou um povo novo a partir dos grupos que o colonizador português encontrou neste território ou transplantou para cá. É nesse sentido que Darcy Ribeiro (2015) nos recorda que somos um povo novo, fruto do encontro e do conflito violento entre o invasor português, os povos indígenas e africanos escravizados.

[...]

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história
não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se
encontra
Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro
apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que
descobrimto
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado

Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está
no retrato
Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no
mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de
chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins,
Marielles, malês

(Samba-enredo da Estação Primeira
de Mangueira no Carnaval de 2019)



E O QUE ACONTECIA NO NORDESTE NESSE PERÍODO?

Também aqui os povos originários foram incorporados ao domínio europeu e/ou dizimados nas batalhas pela defesa de seus territórios e preservação de seu modo de vida. Vale ressaltar que ao longo do processo de apropriação de suas terras, **os indígenas lutaram incansavelmente na tentativa de defendê-las, a exemplo da chamada Guerra dos Bárbaros** (conflitos, rebeliões e confrontos envolvendo os colonizadores portugueses e várias etnias indígenas tapuias que aconteceram nas capitanias do Nordeste do Brasil no século XVII).

É de Pernambuco o primeiro registro da participação de mulheres em um conflito armado. A data? Não se sabe ao certo, mas foi por volta do dia 23 de abril de 1646, quando cerca de 600 holandeses, com muitas baixas após outras batalhas no Recife, com fome e sem muitas perspectivas de voltar ao país natal, saíram pelo Forte Orange, na Ilha de Itamaracá, com destino à **comunidade de Tejucupapo**. Eles queriam roubar alimentos e outros mantimentos. Os holandeses acreditavam que o domingo seria o melhor dia para a investida, pois era dia de feira no Recife, local onde os homens da comunidade vendiam parte da produção e da pesca. Não demorou muito para que a comunidade ficasse sabendo do ataque. A reação foi organizada pelas mulheres, sendo as principais lideranças **Maria Camarão, Maria Quitéria, Maria Clara e Joaquina**. Enquanto os poucos homens que ficaram na comunidade se preparavam para o combate a tiros, as mulheres ferveram água com pimenta nos seus tachos e panelas de barro e esperaram os holandeses nas trincheiras que haviam construído. **A inteligência e a combatividade das mulheres foram o elemento surpresa na batalha, pois os holandeses não esperavam resistência ao ataque** (GONZAGA, 2020, s/p).

O Nordeste assumiu papel de grande importância nos primeiros séculos da colonização. É nesta região que se apresentam as pri-

meiras feitorias de comércio criadas pelos portugueses. A principal fonte de geração de riquezas nesta região passou a ser o **cultivo da cana-de-açúcar, através da combinação entre latifúndio, monocultura e trabalho escravizado**. Entre o final do século XVI, e meados do século XVII a economia canavieira tem seu apogeu econômico.

Nesse período, um dos marcos históricos de Pernambuco foi a **invasão holandesa** que compreende os anos de 1624-1654. Com o intuito de tomar os centros de produção açucareiros no Brasil, a Companhia das Índias Ocidentais articulou um bloqueio naval para tentar dominar os nossos territórios, inicialmente em Salvador e em seguida no Recife. O ciclo do Brasil Holandês pode ser dividido em três momentos: o primeiro refere-se à **Guerra da Conquista**, que vai de 1630 a 1637; o segundo, que corresponde ao período da **administração do conde Maurício de Nassau**, que vai de 1637 a 1644; e o terceiro é referente à **Insurreição Pernambucana quando levantes e revoltas** levaram à expulsão dos holandeses entre 1645 e 1654. A aliança entre brancos, negros e indígenas que a insurreição proporcionou é conhecida como uma das primeiras guerras brasileiras. Forças que enfrentaram os holandeses em confrontos que ficaram célebres, como as **Batalhas dos Guararapes** (1648 e 1649).

Com o desenvolvimento da cultura açucareira e com o extermínio da população indígena, iniciou-se um forte processo de tráfico de africanos para servirem de mão de obra escravizada. **Os grandes engenhos e canaviais deram o fundamento estrutural para o sistema fundiário existente na região Nordeste** que se traduz na forte concentração de terras e no revezamento das famílias oligárquicas nas estruturas econômicas e políticas. No final do século XVII, a produção de cana-de-açúcar, no mercado internacional, aumenta vertiginosamente, acarretando uma queda no preço do produto, havendo um declínio nesta forma de produção econômica.

Durante quase três séculos a região foi a maior população e fornecia o maior volume de riqueza extraída do trabalho de nosso povo. A pecuária assumiu um papel relevante somente a partir do

final do século XVII, sendo responsável pelo processo de interiorização da apropriação do território nordestino.

Vale dizer que a barbárie da escravidão também marcou profundamente nosso território. Durante os três primeiros séculos da colonização, Recife foi uma das três cidades mais africanizadas, portanto, com maior presença negra do Brasil. Se de um lado somos marcados pela violência do colonizador, nossa região recebe também a marca da resistência do povo negro. Neste sentido, é impossível entender a classe trabalhadora e a resistência presente nas comunidades do Recife sem conhecer a influência do povo negro, sua resistência, suas lutas, sua cultura.

COMO O POVO SE FORMOU LUTANDO?

Nossa formação social é marcada pela lembrança de uma repressão implacável a que foram submetidos todos aqueles que tiveram a iniciativa de lutar contra a ordem instituída. Esse é um elemento forte e presente em nosso imaginário coletivo. Não podemos desconsiderá-lo na construção de uma estratégia transformadora. Sobre isso, é importante lembrar que foram várias as revoltas e insurreições populares que sacudiram o Brasil entre os séculos XVII a XIX. Uma das mais importantes aconteceu em 1835, conhecida como **Revolta do Malês**. As suas lideranças – dentre elas, Luiza Mahin – estavam envolvidas com a religião islâmica. Conforme aponta Clóvis Moura (2020), a religião foi usada como unidade ideológica entre as várias etnias de escravizados. **Essa revolta foi um processo iniciado em 1807 por povos de várias etnias africanas.**

A passagem de uma ordem escravocrata e senhorial para uma ordem social competitiva e de capitalismo dependente no Brasil, nas palavras do sociólogo Florestan Fernandes (2005), foi marcada por diversos episódios que, influenciados pelo ideário liberal, somavam forças à luta contra a condição de colônia e pela indepen-

dência. Pernambuco foi palco de três dos principais acontecimentos — a Revolução Pernambucana, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira — que se destacaram pelo enfrentamento à Coroa Portuguesa, sobretudo a Revolução Pernambucana, em 1817. Esta chegou a ações concretas de tomada de poder na qual foi proclamada a República na Capitania de Pernambuco e um Governo Provisório que durou quase três meses. Além disso, foi decretada a liberdade de imprensa e credo, e instituído o princípio dos três poderes. No entanto, o peso conservador mantinha sua presença, especialmente por parte dos senhores de engenho, o que nos faz entender os motivos pelos quais, naquele momento, o fim da escravidão não se apresentava como interesse comum entre os rebelados.

Já a Confederação do Equador, em 1824, foi um movimento revolucionário que se iniciou em Pernambuco e logo alcançou outras províncias vizinhas como Rio Grande do Norte e Paraíba. Os revoltosos se levantaram contra o autoritarismo de Dom Pedro I que fechou a Assembleia Constituinte de 1823 e criou o Poder Moderador. Assim como na Revolução Pernambucana, os confederados pretendiam instaurar um regime Republicano. Uma das principais lideranças da Confederação do Equador foi Frei Caneca, que já havia participado da Revolução Pernambucana.

E a terceira e última dessas revoltas liberais é conhecida como Revolução Praieira, de 1848, a última revolta provincial ocorrida no Brasil durante o Período Imperial e fruto do tensionamento político entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, organizações que, em Pernambuco, tinham um caráter oligárquico. Como uma dissidência do Partido Liberal, o “Partido Praieiro” é criado pra ir contra a influência dos conservadores e da família Cavalcanti na província pernambucana. Vale destacar que o programa dos Praieiros contemplava a liberdade de imprensa, o fim do voto censitário para que todos os brasileiros tivessem o direito de votar, a proclamação de uma República e a nacionalização do comércio de retalhos (como era conhecido o setor varejista na época), até então nas mãos da elite portuguesa.

Apesar das diferenças presentes em cada uma dessas lutas, o elemento comum entre elas diz respeito à **participação das classes subalternas**. Em cada uma, setores médios, trabalhadores livres e escravizados lutaram juntos. A forma como as classes dominantes reagem a esses processos, ora pela repressão violenta, ora pela incorporação da mudança sem a participação da maioria do povo rebelde, nos diz muito sobre a concepção excludente que as classes dominantes têm de nossa identidade nacional. É o aprendizado tanto do potencial, quanto dos limites e contradições presentes nessas lutas que foi configurando um povo, construído através da cultura de resistência e luta dos de baixo.

Resgatar a importância **do conceito de povo brasileiro**, portanto, não significa negar a divisão da nossa sociedade em classes sociais como elemento central de nosso processo histórico. Tampouco significa ignorar sua diversidade e mesmo a persistência do racismo no interior das classes sociais no Brasil. Acontece que nossas classes dominantes sempre participaram e se privilegiaram, de forma subordinada e associada aos países centrais, da pilhagem de nossas imensas riquezas e da exploração do nosso povo. Portanto, no Brasil, o conceito de povo está diretamente associado aos que vivem do seu próprio trabalho, aos milhões que se consolidarão como classe trabalhadora no processo de transição e desenvolvimento capitalista.

A classe dominante no Brasil nasceu e desenvolveu-se com uma mentalidade voltada para fora do país e com uma identidade e cultura alheias à vida daqueles que vivem e trabalham em nosso território. Ou seja, jamais tiveram interesse em construir um projeto de nação que não fosse apenas uma mera caricatura. **Se os de cima não se identificam como povo, a própria ideia de povo brasileiro se insere como construção rebelde dos de baixo**. Nosso povo, que sempre contou com sua força de trabalho, conhecimentos oriundos de sua cultura ancestral (indígena e africana) expressa nas suas lutas forte capacidade inventiva, tais como o uso da dança, música, religiosidade como formas de luta. Nossa identidade, valores e cultura se unem à tradição revolucionária.

O abismo entre as classes sociais que se reproduziu no Brasil se traduz em uma profunda distância entre ricos e pobres, capitalistas e trabalhadores. Historicamente, a classe dominante brasileira sufocou e não permitiu o direcionamento das potencialidades do nosso povo para a construção do Brasil nação-para-si. Eis porque falamos em uma crise de destino de uma nação inacabada, de uma crise de destino do povo brasileiro enquanto necessidade de viver-para-si. Completar esse processo, ou ainda, realizar a Revolução Brasileira nos impõe uma dura luta pelo poder político na sociedade brasileira.

E A QUESTÃO REGIONAL?

Uma das imagens mais marcantes na sociedade brasileira, remonta ao contexto do início do século XX e perdura até os dias de hoje: as cenas de milhões de nordestinos fugidos da seca e das terras tostadas de sol e tintas de sangue, registradas em jornais e revistas, compondo enredo de novelas e alguns dos principais romances da nossa literatura. Essa imagem passou a compor a caricatura de um tipo nordestino de ser, atrelando a região, de um lado, ao atraso e, de outro, às paisagens de um litoral paradisíaco pra turista ver. Essa ideia de Nordeste e dos nordestinos foi criada, recriada e mantida até os nossos dias, mesmo que com algumas novidades. Movidos por preconceitos e desconhecimento sobre a diversidade que compõe a região, vez ou outra ainda escutamos xingamentos pelo simples fato de sermos de uma determinada região do país. Por que isso ainda acontece? Por que é tão importante o reforço dessa imagem da região por parte dos que dominam? O que há de realidade e mistificação nesse Nordeste?

Com o desenvolvimento do capitalismo, a questão nacional toma contornos e determinações sócio-históricas diferenciadas, conformando também nesse processo a questão regional. Isto fez do Nordeste uma região central tanto do ponto de vista econômico como político, social e cultural. Exatamente por concentrar aspec-

tos que fazem do Brasil uma formação social particular, a exemplo do peso do latifúndio, do enorme contingente de trabalhadores à margem das relações formais de trabalho, da democracia restrita, do racismo estrutural, que esta região é, nas palavras de Carlos Nelson Coutinho (2011), a mais “típica” do Brasil. Isto faz com que os reflexos da crise se apresentem também nesse território com maior crueza. E foi assim que o centro político e econômico do país, na transição para o capitalismo, foi se modificando e tomando novas coordenadas num processo de configuração e reconfiguração entre as regiões:

Subitamente, Conceição teve uma ideia: - Por que vocês não vão para São Paulo? Diz que lá é muito bom... Trabalho por toda parte, clima sadio... Podem até enriquecer...O vaqueiro levantou os olhos, e concordou, pausadamente:

- É... Pode ser... Boto tudo nas suas mãos, minha comadre. O que eu quero é arribar. Pro Norte ou pro Sul... [...] Chico Bento ajuntou: - Eu já tenho ouvido contar muita coisa boa do São Paulo. Terra de dinheiro, de café, cheia de marinheiro... Conceição levantou-se, rebatendo o vestido: - Pois então está dito: São Paulo! Vou tratar de obter as passagens. Quero ver se daqui a alguns anos voltam ricos... [...] Eles já estavam na ponte, magros, encolhidos, apertados uns contra os outros, num grupo miserável e cheio de medo.[...] Chico Bento fitava o navio, escuro e enorme, com sua bandeira verde de bom agouro, tremulando ao vento do Nordeste, o eterno sopro da seca. Sentia como que um ímã o atraindo para aquele destino aventureiro, correndo para outras terras, sobre as costas movediças do mar...[...] lam para o desconhecido, para um barracão de emigrantes, para uma escravidão de colonos... lam para o destino, que os chamara de tão longe, das terras secas e fulvas de Quixadá, e os trouxera entre a fome e mortes, e angústias infinitas, para os conduzir agora, por cima da água

do mar, às terras longínquas onde sempre há farinha e sempre há inverno[...] (QUEIROZ, 1930, n/p).

As palavras da escritora Raquel de Queiroz (1930), em *O Quinze*, retratam um enredo espelhado na história de milhões de mulheres e homens, guiados pela necessidade, caminhando junto com um novo ideário nacional que faziam desses muitos nordestinos, antes de tudo, milhões de brasileiros, construtores e construtoras do Brasil moderno. As transformações desse período desdobraram-se em consequências nas relações econômicas, atrelando o problema da “seca” diretamente ao da “cerca”, ou seja, do latifúndio.

Trata-se de uma tendência que marcará o século XX até os nossos dias, mesmo diante das muitas mudanças. As migrações, não por escolha, mas por necessidade, entre as regiões do Brasil são de fundamental importância para o desenvolvimento capitalista, compondo uma divisão regional do trabalho que opera continuamente processos de exploração e expropriação de trabalhadores e trabalhadoras. Para isso, é preciso que se mantenham as cercas e os grandes latifúndios, a ausência no acesso aos bens e serviços públicos, aos meios e às formas de sobrevivência, impedindo, por exemplo, o acesso aos recursos hídricos para uma convivência com o semiárido. Diante disso, os migrantes, na esperança de encontrar melhores condições de vida e trabalho, passam a compor o cotidiano das grandes periferias das cidades, também permeadas pela ausência de bens e meios necessários para uma vida digna, e se submetem às relações de trabalhos extremamente degradantes:

[...] a fome que o Nordeste está atravessando [...] é mais fenômeno de ordem social do que natural. Mais do que a seca, o que acarreta esse estado de coisas é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva do sertanejo, sua produtividade mínima, insuficiente, que não lhe permite possuir nenhuma reserva para enfrentar as épocas difíceis [...]. A meu ver, a causa essencial, central, contra a qual temos de lutar todos, é o regime

inadequado da estrutura agrária da região [...] o latifúndio é o irmão siamês do arcaísmo técnico. [...] exaurindo a força do pobre sertanejo para produzir menos do que o suficiente para matar sua fome. O latifúndio nessa região é representado pelo fato estatístico significativo de que, de 1940 a 1950, [...] este tamanho aumentou e vem aumentando de tal forma que, hoje, no Nordeste, apenas 20% dos habitantes das regiões rurais possuem terra; 80% trabalham como arrendatários, como parceiros ou como colonos, porque a terra é monopolizada por pequeno grupo (CASTRO, 1968, p. 85).

Na realidade de Pernambuco, a questão dos mocambos se apresenta como uma das principais expressões desse processo que passou a ser combatido, junto com o cangaço e as demais expressões de resistência do povo, pelo Estado Novo, representado por Agamenon Magalhães que, na época, estava à frente do governo do estado:

[...]assim vai o Recife crescendo com uma grande população marginal que vegeta nos seus mangues em habitações miseráveis do tipo dos mocambos. É que o Recife, a cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas, é também a cidade dos mocambos, das choças, dos casebres de barro batido a sopapo com telhados de capim, de palha e de folha-de-flandres. Além dos que emigravam da zona do açúcar, por motivos vários, deve-se acrescentar os que desciam expulsos pelas secas do outro Nordeste, o do sertão semiárido [...] (CASTRO, 2007, p. 73-74).

Essas trajetórias retroalimentam a engrenagem capitalista na qual, segundo Josué de Castro (2007) “metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come”. Aí as desigualdades regionais assumem papel central com destaque para o Nordeste.

Diante disso, a modernização brasileira pesará distintamente em cada região, especialmente no Nordeste, território que, com-

binado desigualmente às demais regiões, será uma verdadeira reserva de força de trabalho disponível no país, garantindo o baixo custo de sua reprodução, mesmo com o aumento da produtividade. Já o Sudeste passa a assumir a função de região-centro do capitalismo brasileiro. Isto mesmo que essas desigualdades se reproduzam dentro das próprias regiões. Em outras palavras, **trata-se do processo em que se opera a substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional (OLIVEIRA, 1981)**. Aqui nos interessa saber que os efeitos da questão regional são aprofundados junto com esse processo de consolidação do capitalismo no país.

O mesmo desenvolvimento que permitiu a passagem do antigo engenho para a moderna usina, exigiu a manutenção de vidas miseráveis e relações de trabalho degradantes. Isso demonstra que a integração regional se deu de maneira desigual, combinando progresso e atraso entre as regiões. O que nos diz que o problema não reside na oposição entre uma região atrasada e outra moderna, já que o próprio desenvolvimento capitalista demanda a produção do "subdesenvolvimento" ou, em outras palavras, da dependência. Por isso a necessária atualização do complexo moderno-arcaico expresso pela passagem do "Nordeste açucareiro" para o "Nordeste algodoeiro-pecuário". Francisco de Oliveira (1981) nos ensina que essa passagem implicou consideravelmente num recuo da industrialização no Nordeste, descapitalizando a economia açucareira, mantendo a estrutura latifundiária e recriando internamente mecanismos arcaicos de exploração dos trabalhadores, a exemplo da figura do cambão. Tratava-se, na verdade, de trabalho gratuito que o trabalhador rural era obrigado a ceder ao dono da terra em troca de alojamento e alimentação. Não à toa a marca do trabalho escravo moderno ainda atravessa a nossa formação social, especialmente nordestina.

*RECONFIGURAÇÃO REGIONAL

Essa reconfiguração regional responde também à uma demanda da reorganização internacional no contexto imperialista de disputa entre duas grandes potencias capitalistas (Inglaterra e EUA) sobre a apropriação e controle da produção do açúcar no Caribe. Esse movimento que se expressa na transformação do Nordeste diz respeito a uma reconfiguração das relações de força entre as classes não apenas na região, mas no Brasil e no mundo. O coronelismo passa a se conectar e mesmo compor com o padrão de dominação burguesa no Brasil. Esses setores dominantes são absolutamente necessários para a “nacionalização” do capital, sem o que o capital internacional não existiria senão como abstração (OLIVEIRA, 1981).



Assim, o Nordeste torna-se um verdadeiro celeiro de mão de obra barata e disponível para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Este aspecto será de fundamental importância para a manutenção de baixos salários e condições de vida e trabalho precárias para o povo brasileiro. Esse processo permite, a partir da exploração do trabalho e dos recursos naturais, a transferência de valor da região mais pobre para a região mais rica, reproduzindo constantemente a questão regional. **Portanto, a pobreza não é uma condição natural de uma região destinada a ser menos desenvolvida**, mas parte fundamental da engrenagem do desenvolvimento capitalista na relação centro-periferia.

NORDESTINO SIM, NORDESTINADO NÃO!

Nunca diga nordestino
Que Deus lhe deu um destino
Causador do padecer
Nunca diga que é o pecado
Que lhe deixa fracassado
Sem condições de viver

[...]

Não é Deus quem nos castiga
Nem é a seca que obriga
Sofrermos dura sentença
Não somos nordestinados
Nós somos injustiçados
Tratados com indiferença

[...]

Já sabemos muito bem
De onde nasce e de onde vem
A raiz do grande mal
Vem da situação crítica
Desigualdade política
Econômica e social

[...]

Uma vez que o conformismo
Faz crescer o egoísmo
E a injustiça aumentar
Em favor do bem comum
É dever de cada um
Pelos direitos lutar

(Patativa do Assaré)



Com o aprofundamento da questão social (e regional) no capitalismo brasileiro, não somente a figura do retirante faminto, dos mocambos, das palafitas, dos homens-caranguejos que vivem e sobrevivem dos mangues passa a compor o cenário social. Emergem também as lutas de classes, as insurgências de movimentos de contestação, alguns inclusive influenciados pelos movimentos de carestia, junto a contínuas greves operárias, bem como experiências importantes de luta pela terra, a exemplo do **Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (1926-1937)**, na região do Cariri cearense, que constitui, ainda hoje, um símbolo da resistência do trabalhador rural à violência permanente de uma sociedade baseada na extrema concentração da propriedade fundiária e na desigual distribuição das riquezas.

Outra importante experiência foram as **Ligas Camponesas (1945-1964)**, que exerceram intensa atividade em Pernambuco, com destaque para Vitória de Santo Antão, tendo dentre suas referências mais conhecidas Gregório Bezerra e Francisco Julião. O Movimento adensou a luta pela reforma agrária, pela extinção do cambão e por uma sociedade mais justa e comprometida com as necessidades do povo.



Contudo, foi violentamente reprimido pela Ditadura Militar e todas as forças conservadoras no combate às ideias socialistas que influenciaram as lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade. Muitas delas, inspiradas nas experiências das revoluções populares na América Latina (a exemplo de Cuba), tiveram incidência a partir do Nordeste brasileiro. Nessa trajetória podemos também destacar as iniciativas de **educação popular libertadora**, tendo como uma das principais referências o **educador pernambucano Paulo Freire**, cujo legado encontra-se vivo até hoje nas diversas organizações populares.

“...E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.”
(NETO, 2000, p. 80)

Diante de tudo isso, torna-se mais compreensível a necessidade, por parte das classes dominantes no Brasil, de reforçar o estigma de Nordeste como “região problema”. A existência incômoda e necessária de milhões de Severinos e Severinas passam também a se tornar verdadeiro entrave para os de cima, exigindo por parte do

Estado, que não mais pode ignorar suas demandas, outras formas de enfrentamento à questão regional.

Daí o surgimento também de iniciativas como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A história dessa instituição foi marcada por ambiguidades e embates entre as aspirações populares e aquelas do grande capital que procuravam socorrer os interesses das “elites locais”. É importante considerar que a Sudene de alguma forma enfrentou resistências, inclusive de setores da burguesia temerosos da perda de seus privilégios. Estes acabavam vendo em figuras como a de Celso Furtado e sua defesa da reforma agrária como ameaçadora, abrindo margem para a subversão associada aos movimentos camponeses da época.

Como podemos perceber, a construção do tecido social na região, e particularmente em Pernambuco, é caracterizada por um modelo de produção e reprodução de relações sociais que promove níveis cada vez maiores de concentração da renda e da terra. Isso decorre em medidas incongruentes da ação do Estado, via políticas públicas, que carrega em si a forte intenção de modernizar para conservar e mesmo de negação da participação dos de baixo. Este tema, contudo, será melhor trabalhado no próximo módulo.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES TERRITORIAIS

- Seminário de apresentação do projeto e da Campanha Renda Básica;
- Oficina de aplicação da pesquisa-ação nos territórios;
- Construção de Cartografia Social abordando aspectos históricos, memória e lutas sociais dos territórios e acesso às políticas públicas.



Morro da Conceição-Recife
Acervo do Projeto

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES

- ENTREVISTA** AMADO, Jorge. **Programa Vox Populi**. São Paulo: TV Cultura, 1984. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=JYDMnwN4vBI>. **Acesso em:** 12 nov. 2021.
- LIVRO** ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Editora Ática, 1988. (Série Princípios)
- FILME** **BACURAU**. Direção: Kleber Mendonça e Juliano Dornelles. Produção de Emilie Lesclaux, Said Ben Said e Michel Merkt. Brasil: Vitrine Filmes, 2019.
- ENTREVISTA** BELCHIOR. **Programa Vox Populi**. São Paulo: TV Cultura, 1983. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=Pm-6HsxRKgw>. **Acesso em:** 12 nov. 2021.
- MÚSICA** BETHÂNIA, Maria. **Álbum Brasileirinho**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2003.
- PODCAST** CAIO PRADO JÚNIOR – **o sentido da Revolução**. [Locução de]: Lincoln Secco e Francisco Teixeira. A Terra é redonda, 21 jan. 2021. Podcast. **Disponível em:** https://aterraeredonda.com.br/podcast-florestan-fernandes-o-sentido-da-revolucao/?doing_wp_cr on=1638733109.5830531120300292968750. **Acesso em** 20 out. 2021.
- LIVRO** CARVALHO, Marcus J.M. **Liberdade – Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife 1822-1850**. Recife: Ed. UFPE, 2010.

- LIVRO** CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968.
- LIVRO** CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FILME** **CENTRAL do Brasil**. Direção: Walter Salles. Produção de VideoFilmes. Brasil: Europa Filmes, 1998.
- FILME** **CONTERRÂNEOS velhos de guerra**. Direção: Vladimir Carvalho. Produção de Vertovisão. Brasil, 1992.
- LIVRO** COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- PESQUISA** COSTA, Valéria Gomes. **Trajetórias Negras - Os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2013.
- LIVRO** COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil** – ensaios sobre ideias e formas. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MÚSICA** EMICIDA. **Tudo que nós tem é nós**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019.
- LIVRO** FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- PESQUISA** GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambopolis: o Estado Novo na cidade do Recife**. Recife: CEPE, 1998.

MATÉRIA

GONZAGA, Vanessa. **Conheça a história da primeira batalha do Brasil protagonizada por mulheres.** *Jornal Brasil de Fato Pernambuco*. Recife, 05 mar. 2020. **Disponível em:** <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/05/conheca-a-primeira-batalha-do-brasil-protagonizada-por-mulheres-de-pernambuco>. **Acesso em:** 06 ago. 2021.

LIVRO

MARANHÃO, Silvio (Org.). **A Questão Nordeste:** estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FILME

MORTE e Vida Severina. Direção: Zelito Viana. Produção de Mapa Filmes. Brasil: Embrafilme, 1977.

LIVRO

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do negro no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MÚSICA

NASCIMENTO, Milton. **A de O na interpretação da Cia Ensaio Aberto.** Missa dos Quilombos, 1982. **Disponível em:** https://www.youtube.com/watch?v=p_rEvS7nNBE. **Acesso em:** 05 out. 2021.

LIVRO

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes.** 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FILME

O HOMEM que virou suco. Direção: João Batista de Andrade. Produção de Assunção Hernandes. Brasil: Embrafilme, 1981.

FILME

O MUNDO global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tendler. Produção de Produções Cinematográficas. Brasil, 2006.

- LIVRO** OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LIVRO** PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- LIVRO** QUEIROZ, Raquel de. **O Quinze**. Fortaleza: Est. Graphico "Urania", 1930. **Disponível em**: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2875>. **Acesso em**: 05 nov. 2021.
- LIVRO** REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- LIVRO** RIBEIRO, Chagas. **Mocambos**. Recife: Ed. Mozart, 1936.
- LIVRO** RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.
- ENTREVISTA** RIBEIRO, Darcy. **Programa Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 1991. **Disponível em**: <https://www.youtube.com/watch?v=gS6No7WBJFg>. **Acesso em**: 15 out. 2021.
- FILME** **UM SONHO intenso**. Direção: José Mariani. Produção de Andaluz. Brasil, 2013.



Brasília Teimosa - Recife
Acervo do Projeto

MÓDULO

2 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS, ORÇAMENTO E CONTROLE SOCIAL

DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI O RECURSO PÚBLICO?

EMENTA

O debate sobre o Estado e o padrão de dominação burguesa no Brasil: particularidades regionais. Classes sociais, cidadania e políticas públicas. Questão democrática, orçamento público e Controle Social: participação e gestão pública desde o Pacto da Nova República. Neoliberalismo, financeirização e Novo Regime Fiscal: os desdobramentos da política de ajuste fiscal e das disputas pelo fundo público nas políticas sociais e nas condições de vida do povo.

O QUE É O ESTADO?

De acordo com nossa experiência imediata, costumamos pensar o Estado como esse emaranhado de instituições as quais, pelas leis estabelecidas, constituem nossos direitos e deveres em sociedade. O Estado se apresenta, dessa forma, como a junção do governo Executivo, do Parlamento, do Judiciário, das Forças Armadas etc. Isso, contudo, é só a forma como o Estado se apresenta. É necessário nos perguntarmos as razões pelas quais esse conjunto de instituições se fizeram necessárias às sociedades humanas.

Hoje em dia, a maioria dos historiadores e antropólogos concorda que a **instituição Estado só existiu em sociedades marcadas pela desigualdade social**. Por que isso acontece? Porque aqueles que dominam economicamente uma determinada população só podem manter essa dominação de forma estável, sem que os dominados se rebelem, se possuírem **o monopólio das leis, das formas decisórias, da circulação das ideias e, não menos importante, do uso da violência**.

O Estado não é sempre o mesmo na história. Como se **trata de uma instituição voltada para dar estabilidade à dominação de uma classe social**, as diferentes classes que dominaram em diferentes sociedades forjaram para si diferentes Estados. Por isso é que na Grécia Antiga, por exemplo, já se falava de democracia, mas esta não incluía nem as mulheres, nem os estrangeiros e, muito menos, os trabalhadores escravizados. Em outras palavras, o Estado na antiguidade tinha de ser extremamente militarizado para permitir que os senhores de escravos se mantivessem no poder e que pudessem participar livremente na esfera democrática que, bem entendido, não era lá tão democrática assim. Na sociedade feudal, o domínio dos senhores sobre os servos exigia um poder extremamente verticalizado, e a justificativa que davam era a origem divina do poder, uma forma de fazer com que os servos se sujeitassem à dominação dos senhores.

E NO CAPITALISMO?

Nessa sociedade quem domina é a burguesia ou os capitalistas, ou seja, os que detêm a propriedade sobre as fábricas, as terras, os bancos, os meios de comunicação, as grandes redes de distribuição e comércio. A grande maioria da população, para sobreviver, se obriga a vender aos capitalistas a única mercadoria que têm, sua capacidade de trabalho em troca de um salário. Isso só é possível porque tal sociedade baseia-se no trabalho livre, ou seja, os capitalistas não são donos de seus trabalhadores, tampouco os obrigam a trabalhar por uma relação pessoal de subordinação. Não saímos de nossas casas para trabalhar todas as manhãs porque somos propriedade de alguém, muito menos por acreditarmos que nosso patrão possui qualidades mágicas, ou ainda porque temos relação de proximidade pessoal com quem nos emprega. Nos sujeitamos porque, embora não tenhamos alternativa, assinamos um contrato (ainda que não esteja escrito, formalizado) de trabalho. A dominação econômica sobre os trabalhadores assume, assim, um caráter de impessoalidade contido em uma forma racional de troca entre mercadorias: entregamos nossa capacidade de trabalho durante certo tempo em troca de um salário.

E o que isso tem a ver com o Estado? Se na economia somos considerados livres para vender ou não nossa força de trabalho (ainda que a segunda opção nos implique a fome), **por que não seríamos também livres e iguais diante do Estado?** A dominação burguesa tem uma necessidade maior de apresentar-se à população como um interesse geral, que serviria a todos. Por isso o Estado também se apresenta em uma forma racional, contratual. Conhecemos bem esse contrato: são as constituições e leis de cada país. Essas leis, contudo, não podem nunca ultrapassar o que é de interesse da burguesia. Em países capitalistas, não haverá uma única lei que permita aos de baixo ameaçarem seriamente a concentração de riqueza dos de cima.

Essa aparência neutra que por vezes assume o Estado é bastante útil à burguesia, pois permite a ela utilizar tanto as leis quanto a violência do Estado em seu proveito. É costume dizermos que as leis valem mais para uns do que para outros e, na prática, isso é uma grande verdade. O Estado pressupõe sempre a manutenção dos interesses da classe que domina economicamente e as leis são não apenas feitas, mas interpretadas segundo a vontade dos grandes empresários, banqueiros, grandes donos de terra e por aí vai. Basta comparar o tratamento dado pelo Estado quando os ricos reivindicam algo e a forma como tratam a nós, trabalhadores, quando saímos às ruas ou fazemos uma greve para melhorar nossas vidas. No primeiro caso, as instituições do Estado (o Governo, o Parlamento, o Judiciário) tentarão corresponder de imediato à reivindicação, no segundo não raro enfrentaremos a polícia e a repressão.

É importante perceber que essa forma racional e contratual do Estado capitalista implica contradições que podem ser aproveitadas pela classe trabalhadora na luta contra o próprio capitalismo. Durante os primeiros dois séculos de existência do capitalismo, a participação na política, o direito de se organizar e reivindicar praticamente não existiam. Os trabalhadores, contudo, se manifestavam e passaram a forjar instrumentos de luta segundo seus interesses: formaram movimentos populares, sindicatos e partidos políticos. Foram essas organizações que, aumentando a pressão sobre a classe dominante, obrigaram o Estado a incorporar direitos sociais e políticos. O direito de quaisquer homens e mulheres participarem das eleições, o direito de votar e ser votado, chamado de sufrágio universal, foi uma dessas conquistas. O direito de se organizar em sindicatos, se manifestar nas ruas, expor ideias também. Da mesma forma o direito à moradia, aos direitos trabalhistas e por aí vai.

E NO BRASIL?

Vivemos em um país de capitalismo dependente. Entender de que forma esse caráter dependente altera a dominação a partir do Estado é de fundamental importância. Aqui traremos as contribuições de um dos maiores sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes, que dedicou bastante tempo de sua vida ao estudo da dominação política no capitalismo brasileiro.

Segundo Florestan (2005), **o caráter dependente da burguesia brasileira faz com que esta tenha que dividir seu lucro, ou seja, a riqueza produzida pela classe trabalhadora, com a burguesia dos países centrais.** Quer dizer que a riqueza que ela adquire através da exploração dos trabalhadores é dividida com as grandes empresas e monopólios estrangeiros concentrados em alguns países que possuem maior desenvolvimento e recursos. **É o que chamamos de Imperialismo,** pois, de fato, tais empresas e países exercem um domínio total sobre as economias dos países dependentes.

Já vimos também que esse caráter dependente se insere como uma **herança do período colonial e escravocrata.** Como a burguesia se consolidou aqui sem ruptura com aquele passado, ela incorpora uma mentalidade oriunda da escravidão e a utiliza para potencializar a exploração dos trabalhadores. **Por conta disso, no Brasil, o racismo adquire um caráter estrutural.**

A extrema desigualdade que o capitalismo brasileiro gera, cria o que Florestan (2005) intitulava **aversão sociopática às mudanças sociais.** Do que se trata isso? A burguesia teme quaisquer manifestações que impliquem em aumento da força e organização autônoma do povo brasileiro. Assim, ela se adianta para controlar as mudanças excluindo de antemão a participação das classes subalternas. Para conseguir manter seu poder internamente e, ao mesmo tempo, não ser engolida pelas empresas estrangeiras, ela passa a utilizar o Estado como mecanismo de autoprivilegiamento

de classe, ou seja, ela utiliza as instituições do governo (Parlamento, Judiciário, Forças armadas) como forma de defesa e manutenção dos interesses mais mesquinhos de concentração de riqueza e poder. Ainda que a ampliação de direitos e participação não ameace diretamente seus interesses, ela irá agir rapidamente contra isso para evitar que os oprimidos adquiram melhores condições de organização e reivindicação.

É por isso que, aqui, mesmo **as conquistas de direitos e a democracia são colocadas sob ameaça constante**. É o que Florestan Fernandes (2005) chama de autocracia burguesa. Sabemos que o termo democracia vem dos gregos e quer dizer governo do povo (demos = povo; cracia = governo). Se é assim, o termo autocracia significa que essa burguesia despreza a legitimação popular, democrática, do Estado burguês e governa para seus próprios interesses. Ela sente que o Estado não deve incorporar demandas que não a beneficie diretamente.

É por isso que, para nós, no Brasil, a **defesa da democracia é uma bandeira fundamental**. Somente com ela é que podemos nos organizar e reivindicar direitos. Mais do que isso, o caráter antidemocrático da classe dominante faz com que os trabalhadores, ao reivindicarem direitos e democracia, avancem em seu processo de consciência e na luta contra o conjunto das injustiças perpetuadas pelo capitalismo dependente.

QUEM FINANCIA O ESTADO?

Sabemos que o Estado e suas diversas instituições movimentam anualmente uma enorme quantidade de recursos **e sabemos também que somos nós que mantemos o Estado através dos impostos que pagamos**. Quando falamos em carga tributária, falamos do percentual da riqueza produzida pela classe trabalhadora (e toda a riqueza em nossa sociedade é por nós produzida) e que se converte em impostos. Em uma sociedade

capitalista, os impostos são extraídos, de maneira geral, de dois lugares fundamentais: do lucro dos empresários (latifundiários, banqueiros, industriais, especuladores da bolsa de valores etc.) ou do salário dos trabalhadores.

Muito provavelmente você deve ter ouvido que **nossa carga tributária é uma das mais altas do mundo** e já deve ter visto por aí o chamado “impostômetro” denunciando tal fato. O problema é que, quando olhamos mais de perto, isso está longe de ser verdade. No ranking mundial, o Brasil fica muito atrás na arrecadação de impostos do que países como Dinamarca, França e vários outros da União Europeia. A França, por exemplo, chega a comprometer 43% de seu Produto Interno Bruto (soma das riquezas produzidas pelo país em um ano) em impostos. Nesse mesmo ranking, o Brasil ocupa a décima quarta posição no mundo.

Ainda assim, provavelmente você está continua pensando que pagamos muitos impostos no Brasil e será impossível convencer qualquer trabalhador do contrário. Isso porque o grande problema de nossa carga tributária é que ela é uma das mais regressivas do mundo. O que quer dizer isso? **Quer dizer que a enorme maioria dos impostos que mantêm o Estado não saem daqueles que detêm a maior riqueza, mas dos mais pobres no Brasil.**

O problema é, então, que nossa carga tributária é extremamente desigual, muito má distribuída. Sempre que você compra algo, consome qualquer mercadoria, você paga impostos. Estima-se hoje que 51% dos impostos pagos no Brasil são indiretos, ou seja, embutidos na circulação das mercadorias e incidindo, em sua enorme maioria, sobre o salário dos trabalhadores. **Os ricos em nosso país quase não pagam impostos** e constantemente pressionam para reduzir ainda mais os poucos impostos que pagam, pressionam por transferir uma carga ainda maior para os trabalhadores.

Se não lideramos o ranking na arrecadação de impostos, o lideramos quando o assunto é seu baixo retorno para a classe traba-

lhadora. Segundo dados coletados pela pesquisa desenvolvida no âmbito deste projeto de extensão "Realidade Brasileira e Questão Regional: cultura, renda básica e trabalho", das trinta maiores cargas tributárias do mundo, o Brasil é o país com o menor índice de retorno de seus recursos para o bem-estar da população, ou seja, no gasto com serviços básicos e direitos fundamentais como educação, saúde, saneamento, cultura e políticas de garantia da renda e trabalho. Perceba que é o **povo brasileiro quem carrega o financiamento do Estado em suas costas** e é ele o menos beneficiado pelos gastos estatais.

MAS, ENTÃO, PARA ONDE VAI ESSE DINHEIRO?

Desde o período da Ditadura Militar, o Estado brasileiro passou a arrecadar recursos de bancos e instituições financeiras emitindo os chamados **títulos da dívida pública**. Esses títulos funcionam como ações, papéis oficiais do Estado que dão direito a quem os detém de remunerar seu suposto investimento com uma porcentagem permanente (e naturalmente, sempre muito maior do que o investimento) do dinheiro público. **Hoje a enorme maioria desses papéis está concentrada nas mãos de três grandes bancos internacionais.**

Para garantir o retorno aos banqueiros, o Estado passa a cortar recursos e o faz nas áreas referentes aos direitos sociais como saúde, educação e moradia. É evidente que, dessa forma, qualquer investimento que o Estado queira fazer para gerar empregos, construir rodovias, portos ou qualquer ampliação do desenvolvimento nacional carecerá de recursos, o que impulsiona sempre novas emissões de títulos e uma concentração ainda maior de impostos nas mãos dos especuladores financeiros. Para termos uma ideia, de acordo com pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto de extensão, em 2020, a dívida pública (em sua enorme maioria com-

posta pelos títulos da dívida) ultrapassou 89,3% do PIB brasileiro.

Desde os anos 1990 foram editadas várias leis cujo objetivo é proteger os interesses desses grandes bancos e empresas financeiras. Uma das mais conhecidas é a chamada “**Lei de Responsabilidade Fiscal**”, que obriga qualquer governante a não investir nem um centavo a mais do que o permitido para dar o retorno prometido à especulação financeira. Outra medida recente é a **Emenda Constitucional 95**, que proíbe o Estado brasileiro de ampliar os gastos com direitos fundamentais durante 20 anos.

É POSSÍVEL DISPUTAR ESSES RECURSOS?

Não só é possível como necessário e urgente! Quando reivindicamos nossos direitos diante do Estado, quando lutamos por políticas de acesso à moradia, por exemplo, o que estamos dizendo é que queremos que a riqueza produzida por nós e o imposto que por nós é pago retorne à maioria da população, melhorando suas condições de vida. Estamos dizendo, portanto, que a moradia de qualidade é mais importante para o desenvolvimento do país do que o lucro de um pequeno punhado de banqueiros. O orçamento



reflete, dessa forma, a disputa entre interesses das diferentes classes e setores que compõem nossa sociedade:

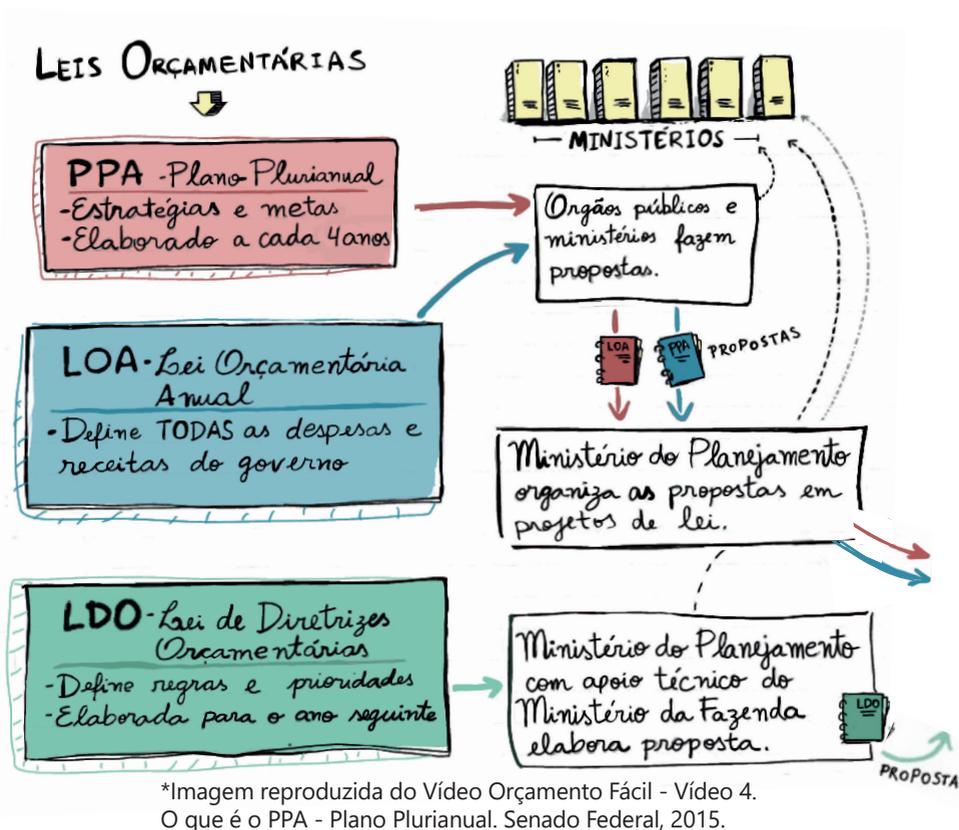
Fica evidente que o orçamento desempenha funções que vão muito além de seu uso como mero instrumento de registro contábil das contas do governo. Além de servir como peça de escrituração contábil, considerando que o governo deve prestar contas à sociedade sobre o uso dos recursos que dela retira, por meio da tributação, para o financiamento de suas atividades, ele representa, na sua origem, uma arena onde são negociados o montante da riqueza que será transferido para o Estado, definindo o seu tamanho, a distribuição entre os membros da sociedade dos custos que representa, bem como os setores que se beneficiarão com os seus gastos. Nessa visão, o orçamento pode ser visto como o espelho da vida política de uma sociedade, uma vez que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, as classes e/ou frações de classes que arcarão com o maior ou menor ônus da tributação, assim como as que mais se beneficiam com a destinação destes recursos (SALVADOR; OLIVEIRA, 2014, p. 82).

Há períodos em que este debate toma notoriedade maior, sobretudo para parlamentares e gestores. É importante entender esses trâmites do orçamento entre o governo Executivo e o Parlamento em cada localidade, saber em que momento são tomadas as definições. Isso porque **o que queremos é nos organizar, mobilizar gente e incidir nesse processo reivindicando direitos** e obtendo conquistas.

No Brasil, o orçamento é construído através de três mecanismos: o **Plano Plurianual (PPA)**, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, que estão contidos no art. 165 da Constituição Federal de 1988, e precisam ser seguidos periodicamente. Esses mecanismos de controle do orçamento público foram

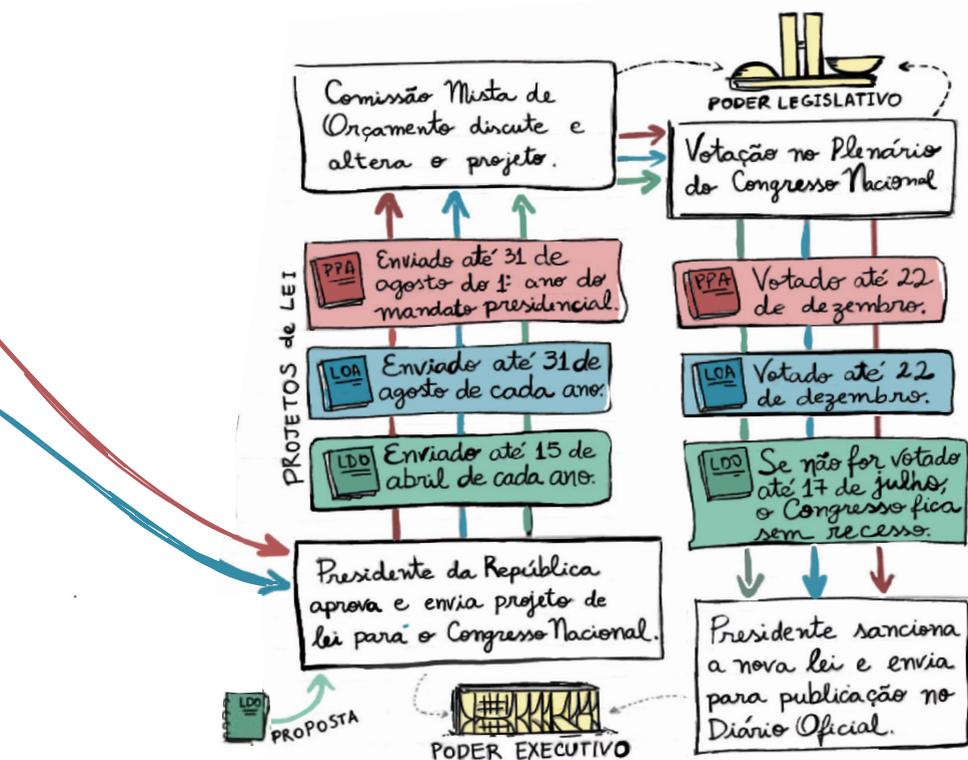
inseridos na Constituição depois de muitas lutas do povo brasileiro, reivindicando democracia e transparência do poder público. Eles permitem à classe trabalhadora não apenas conhecer, mas também denunciar o mau gasto do dinheiro público e, principalmente, disputar os recursos que pagamos, para melhorar as condições de vida e organização do povo.

O texto final da Constituição de 1988 foi fruto das disputas que se materializaram na Constituinte. É possível identificar avanços importantes no sentido da construção de uma orientação legal que indica a ampliação de direitos sociais, ainda que no contexto do avanço do projeto neoliberal (BRETTAS, 2019, p. 160).



O **Plano Plurianual** é um documento construído pelo governo traçando as prioridades e diretrizes, elencando objetivos, caminhos a serem percorridos durante 4 anos da gestão. Nele encontramos os temas que serão priorizados nesses anos. O 1º parágrafo do artigo 167 da Constituição afirma que nenhum investimento cuja execução ultrapasse o exercício financeiro de um ano poderá ser iniciado sem ser incluído antes no PPA, sob pena de crime de responsabilidade. Importante ressaltar que o PPA entra em vigor no segundo ano do mandato.

Já a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** se debruça em indicar as prioridades da gestão anualmente, direcionando a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, retomando e consultando os objetivos descritos



*Imagem reproduzida do Vídeo Orçamento Fácil - Vídeo 4. O que é o PPA - Plano Plurianual. Senado Federal, 2015.

no PPA. A LDO do município é elaborada pelo Executivo: o/a Prefeito(a), o/a vice-prefeito(a) e suas secretarias, mas deve ser aprovada em votação pelo Legislativo, ou seja, pela Câmara de Vereadores. Sendo assim, a LDO é o elo entre a estratégia de governo e a execução através do orçamento.

O orçamento propriamente dito é elaborado através da **LOA votada anualmente em agosto pelo Legislativo**. Nela consta a estimativa dos valores das Receitas e projeta numericamente as despesas do município no ano seguinte à sua elaboração.

Esses planejamentos vão além de números e burocracias. **É possível enxergar um campo a ser disputado por distintas forças da sociedade**, tendo em vista que o orçamento não é uma mera peça técnica, é nele que a política governamental é posta, já que nele consta o que e onde será investido e quais classes e setores serão beneficiados pelos impostos que pagamos.

QUAL A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS?

Os **conselhos são os “guardiões” das políticas sociais**. Neles se delibera sobre quais prioridades o poder público deve tomar, sobre os recursos que devem ser utilizados com os programas, serviços



e benefícios, bem como é nesse espaço que se aprova a prestação de contas do recurso utilizado. Trata-se de uma importante **ferramenta democrática e de participação** nos rumos e nas prioridades das políticas e do orçamento público. Em outras palavras, **é um instrumento central de controle social**.

Dessa forma, a pressão feita pela classe trabalhadora pode surtir efeitos na disputa das políticas públicas, nos conselhos de direitos, na eleição de representantes comprometidos com os interesses populares e, não menos importante, na disputa do fundo público.

Daí a necessidade de entender como o orçamento funciona e se preparar para defender direitos. Entre esses direitos, **uma medida urgente, possível e necessária é a renda básica permanente**. Reivindicá-la é disputar os recursos que saíram de nosso trabalho para garantir que nosso povo não passe fome e que possa se **organizar para lutar por mais conquistas**.

PROPOSTAS DE ATIVIDADES TERRITORIAIS

- Oficina Orçamento Público e Política de Interesse Especial para o Grupo (realizar estudo sobre como a política pública chega no bairro/município, como se acessa, quais espaços atuais e quem participa);
- Aplicação da pesquisa-ação nos Territórios; Mapeamento sobre as principais políticas, serviços, necessidades e demandas no território;
- Oficina de Audiovisual.



REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES

- FILME** **AQUARIUS**. Direção: Kleber Mendonça Filho. Produção: CinemaScópio Produções. Brasil: Vitrine Filmes, 2016.
- PESQUISA** BCB. **Banco Central do Brasil**. Estatísticas Fiscais. Nota para a imprensa. **Disponível em:** <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. **Acesso em:** 08 out. 2021.
- ARTIGO** BERNARDES, Denis. O Estado, as elites e a Republica: Notas para o debate. **Cadernos de Serviço Social (UFPE)**, Recife, n. 9, p., 26-35, set., 1992.
- LIVRO** BRAVO, Maria Inês Souza; BRAVO, Juliana Souza (Orgs.). **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos**. São Paulo: Cortez, 2013.
- ARTIGO** BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- LIVRO** BRETTAS, Tatiana. Podres poderes do grande capital: a pilhagem do fundo público federal pós-1988. **In:** MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (Orgs). **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.
- FILME** **DEDO na Ferida**. Direção: Silvio Tendler. Produção: Maycon Almeida. Brasil: Caliban Produções Cinematográficas, 2017.
- FILME** **DEMOCRACIA em Vertigem**. Direção: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara, Shane Boris e Tiago Pavan. Brasil: Netflix, 2019.

- LIVRO** FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- ENTREVISTA** FERNANDES, Florestan. **Programa Vox Populi**. São Paulo: TV Cultura, 1984. **Disponível em:** https://www.youtube.com/watch?v=0u_x-6m_mQI. **Acesso em:** 15 out. 2021.
- ENTREVISTA** IANNI, Octávio. **Programa Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 2001. **Disponível em:** https://www.youtube.com/watch?v=GB5ty_EBVM. **Acesso em:** 03 out. 2021.
- REPORTAGEM** IBPT. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. **Brasil tem alta carga tributária, mas continua oferecendo menor retorno à população**. **Disponível em:** <https://ibpt.com.br/brasil-tem-alta-carga-tributaria-mas-continua-oferecendo-menor-retorno-a-populacao/>. **Acesso em:** 06 nov. 2021.
- ARTIGO** NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Estado, hegemonia burguesa e tradição familiar na política: o caso particular do Nordeste do Brasil. *In:* MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (Orgs). **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.
- FILME** **O SOM ao redor**. Direção: Kleber Mendonça Filho. Produção: Emilie Lesclaux. Brasil: The Cinema Guild, 2012.
- LIVRO** RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. São Paulo: Vozes, 1978.

- LIVRO** SALVADOR, Evilasio *et al.* **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2015.
- LIVRO** SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (Orgs.) **Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019.
- LIVRO** SALVADOR, Evilásio; OLIVEIRA, Sandra. **Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica**. **Revista Políticas Públicas**, São Luis, v.18, n.01, p.15-32, 2014.



Vila Claudete-Cabo de Santo Agostinho
Acervo do Projeto

MÓDULO

3 TRABALHO E RENDA BÁSICA PARA O POVO BRASILEIRO

DIREITO DE TRABALHAR. TRABALHAR COM DIREITOS!

EMENTA

Classe trabalhadora e divisão social (sexual, racial e regional) do trabalho na atualidade do Brasil. Transformações recentes nas relações de trabalho e seus desdobramentos nas formas de organização política das/os trabalhadoras/es. A luta em torno do trabalho e da renda no cenário de informalidade, desemprego e precarização. Crise capitalista, conjuntura e pandemia no Brasil: fatores econômicos e políticos que implicam no quadro de retorno ao mapa da fome a partir de Pernambuco. Razões políticas, sociais e econômicas da luta por uma renda básica digna a todas as trabalhadoras e trabalhadores.

COMO A CLASSE TRABALHADORA SE FORMOU NO BRASIL?

A fase chamada de Primeira República (1889-1930) é de suma importância para a consolidação do movimento operário brasileiro. Entretanto, para compreender a formação da classe trabalhadora no Brasil é necessário compreender as especificidades de um país que vivenciou quase quatrocentos anos de escravidão.

Antes mesmo da Abolição oficial em 1888, trabalhadores escravizados e livres que viviam nas cidades compartilhavam espaços de trabalho, moradia, hábitos e experiências, criando uma rede de solidariedade e de lutas comuns. Entre elas, podemos citar a paralisação das padarias em 1876 na cidade de Santos (SP), que levou à fuga os trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. O levante organizado pelo trabalhador livre, João Mattos, também contou com a preparação de cartas de alforria (documento oficial concedendo liberdade aos escravizados) falsas para que os fugitivos encontrassem trabalho como trabalhadores livres no interior do estado (MATTOS, 2009).

Outro interessante exemplo é o da paralisação dos trabalhadores escravizados do estabelecimento Ponta de Areia em Mauá, no Rio de Janeiro, no ano de 1857. Segundo o jornal A Pátria, de Niterói:

Ontem, das onze para o meio-dia, segundo nos informam, os escravos do estabelecimento da Ponta da Areia levantaram-se e recusaram-se a continuar no trabalho, sem que fossem soltos três dos seus parceiros, que haviam sido presos por desobediência às ordens do mesmo estabelecimento. Felizmente o levantamento não ganhou terreno, pois do Exmo. Sr. Dr. Paranaguá [o Chefe de Polícia da Província], ape-

nas teve a notícia, dirigiu-se ao local e fez conduzir à casa de detenção, presos, os 30 e tantos amotinados (Apud MATTOS, 2009, p. 28-29).

O que é sabido sobre esse estabelecimento é que era o maior empreendimento privado de fundição e estaleiro da região, tendo uma média de 600 operários sendo um quarto deles de escravizados, portanto, além de compartilharem os mesmos espaços de trabalho, trabalhadores escravizados e livres também compartilhavam formas de luta.

Essa rede criada foi importante para a consolidação do movimento abolicionista que, protagonizado pelos trabalhadores escravizados - sujeitos da principal contradição da luta de classes daquele período no Brasil - contavam com o apoio dos trabalhadores livres que se opunham à escravidão.

Essa necessária luta pela liberdade e por melhores condições de vida dos trabalhadores escravizados e livres propiciou a formação de grupos associativos para mobilização para as lutas, no entanto, **aos negros escravizados era proibido construir associações coletivas, o que os levou a fazerem de forma clandestina.** Mas havia uma exceção, que eram as chamadas irmandades, sociedades católicas que aglutinavam devotos de um santo ou santa específica. As irmandades negras, embora não tivessem por objetivo ser um espaço de organização para lutas, cumpriram um importante papel nesse sentido, inclusive dando suporte ao movimento abolicionista.

Já os trabalhadores livres, negros e brancos, construíram associações de ajuda mútua, também chamado de mutualismo, que não tinham referência religiosa, mas o objetivo de colaboração entre os associados, para auxiliá-los em ocasião de doença, invalidez, morte, entre outros.

Essa experiência associativa entre escravizados e ex-escravizados tem desdobramentos que ultrapassam a abolição, a exemplo dos

trabalhadores dos portos: estivadores, carregadores, arrumadores, a maioria dos trabalhadores que desempenhavam esse trabalho braçal pesado era composto por escravizados e, conseqüentemente, negros que no início do século XX organizaram os primeiros sindicatos dos trabalhadores do porto.

De acordo com José Bento Rosa da Silva (2019), foram os trabalhadores portuários a vanguarda do movimento operário no Brasil, sobretudo no Recife, onde realizavam constantes greves nas primeiras décadas do século XX devido ao desrespeito do empresário em relação à organização dos trabalhadores das docas.

Como foi o caso da greve de 1907, a maior registrada até então, na qual os patrões utilizaram os jornais para desqualificar o movimento operário e a União dos Estivadores, a entidade de classe daqueles trabalhadores.

No Rio de Janeiro, os trabalhadores portuários conquistaram, por meio de greves e mobilizações no início do século XX, o direito de organizarem, por meio de sindicatos, a contratação da turma de carregadores e criaram regras que buscavam distribuir uniformemente os dias de trabalho pelo conjunto dos trabalhadores (MATOS, 2009).

Como ressalta Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 33):

E se a conquista da liberdade era o elemento central da luta de classes sob a vigência da escravidão, cujo protagonismo foi desempenhado pelos próprios escravizados, com apoio de outros segmentos sociais à causa, particularmente dos trabalhadores livres em algumas de suas primeiras organizações, os valores forjados naquelas batalhas passaram a fazer parte do arsenal compartilhado pelos trabalhadores nas décadas seguintes, servindo mesmo de parâmetro para avaliação das experiências e das lutas subseqüentes.

Portanto, para refletir sobre como foi forjada a classe trabalhadora no Brasil é preciso levar em conta o período da escravidão, as experiências coletivas de luta dos trabalhadores escravizados pela liberdade e o racismo (durante muito tempo dito científico) que justificou a existência da escravidão até 1888 e que permaneceu tentando legitimar a violência e marginalização da população negra recém liberta que ocuparia os piores e mais insalubres postos de trabalho na emergente sociedade capitalista brasileira.

Somando-se a esses elementos e não menos importante, é necessário ressaltar, ainda, o papel que as mulheres, sobretudo as mulheres negras escravizadas e livres, desempenharam em todo esse período—posto que estas, ao contrário das mulheres ricas e brancas, sempre trabalharam seja na lavoura, no engenho da cana-

-de-açúcar, nas casas grandes, nos centros urbanos como lavadeiras, ganhadeiras (mulheres escravizadas ou livres que prestavam serviços nas cidades), quituteiras e, posteriormente, domésticas.



O patriarcado, com a divisão sexual do trabalho, e o racismo foram e permanecem sendo reguladores do valor da força de trabalho das mulheres e da população negra, estratos que formam a maioria da classe trabalhadora no país. Nota-se, portanto, que a formação da classe trabalhadora no Brasil tem início antes de 1888 e não a partir da chegada dos imigrantes europeus que, durante muitos anos, foram retratados como os responsáveis por trazerem consigo experiências organizativas de classe a serem ensinadas à incipiente classe operária brasileira.

Não obstante, a chegada destes imigrantes, quando em contato com a experiência acumulada de lutas dos trabalhadores livres e recém-libertos,

possibilitou o aprendizado mútuo com as experiências também acumuladas pelas lutas da classe trabalhadora no continente europeu. Os movimentos anarquista e socialista puderam contar em nossa formação social com uma memória ancestral de lutas agora sintetizadas em toda a diversidade da classe trabalhadora. É essa diversidade, munida de um projeto de sociedade contra o capital, que teria enorme impacto nas lutas pelas reformas de base durante todo o chamado período desenvolvimentista.

CLASSE TRABALHADORA ATUAL, DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E RENDA BÁSICA

Mais recentemente no Brasil, muitos estudiosos têm se referido à formação de uma “nova classe trabalhadora”, mais heterogênea, como desdobramento das políticas de governos alinhados à esquerda do espectro político (2003-2015) que promoveram o crescimento de condições variadas de assalariamento. Seriam fatores impulsionadores dessa mudança as políticas e programas públicos de valorização do salário mínimo, de garantia do emprego, de distribuição de renda, de erradicação da pobreza e de acesso a direitos sociais que permitiram uma melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora no acesso a bens de consumo, políticas sociais e aumentos salariais.

Contudo, o período atual demonstra a fragilidade de tais políticas no que se refere às mudanças estruturais que possibilitassem um maior acesso ao trabalho formal e aos direitos sociais. *As características marcantes da face atual da classe trabalhadora brasileira são: a fragmentação, a terceirização e a precarização do trabalho, próprias de sua formação em meio ao neoliberalismo, que persistiu durante aqueles governos. Desde essas características, quanto ao seu perfil ideológico, a filósofa Marilena Chauí*

(2016) analisa uma forte tendência desses trabalhadores não se identificarem enquanto classe, incorporando ideias dominantes e se vendo como “classe média”. A difusão massificada dos valores da meritocracia, o individualismo competitivo, a fragmentação das relações de trabalho, a propagação da ideologia do empreendedorismo, o consumo de massas e a teologia da prosperidade contribuiriam diretamente com esse processo.

No entanto, é fato que desde a ascensão do Governo Temer, em 2016, houve uma restauração integral do neoliberalismo, que se expressa na piora das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, no bojo de uma crise econômica persistente nos últimos anos. Por conseguinte, a classe trabalhadora hoje no Brasil não se restringe aos trabalhadores empregados do campo e da cidade ou aos operários fabris, mas se configura como uma “classe trabalhadora ampliada”, heterogênea, complexa e fragmentada.

Esse processo de transformação se situa na tendência em curso desde os anos 1990 nos países dependentes de expansão exponencial do assalariamento e de novos contingentes de trabalhadores, principalmente no setor de serviços, mas também na agroindústria e setor fabril, a qual vem acompanhada com um aprofundamento da superexploração da força de trabalho através da ampliação da informalidade, da terceirização e da flexibilização do trabalho.

No período mais recente, mesmo antes da pandemia da Covid-19, o agravamento do quadro de precarização e informalidade já marcante do mercado de trabalho brasileiro teve por momentos definidores a Reforma Trabalhista em 2017 e a Reforma Previdenciária em 2019. Vê-se, portanto, que a precarização do trabalho se dá pela fragilidade das formas de contratação e inserção dos trabalhadores nas relações sociais de trabalho, marcadas por condições de instabilidade, insegurança, adaptabilidade, fragmentação dos coletivos de trabalhadores, as quais se aprofundaram nos últimos anos no país.

O quadro que temos hoje no mercado de trabalho brasileiro é de uma população de milhões que nunca tiveram uma “carteira assinada” e, portanto, direitos sociais mais básicos assegurados. Isso se expressa nos diferentes modos de informalidade no Brasil, os quais se constituem pela ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira de trabalho, trabalhando dentro e fora do espaço produtivo das empresas, trabalhando por conta própria sem garantia de direitos, em atividades mais instáveis ou temporárias, sob a ameaça direta do desemprego.

Ante aos abalos da crise econômica desencadeada pela pandemia da Covid-19 e a frágil recuperação das atividades econômicas posterior, em recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada no mês de julho de 2021, é apresentada uma tendência em curso de substituição do “trabalho formal” (emprego) pelo “trabalho informal” no Brasil. Nesta, a taxa de desemprego ficou em 14,6% no trimestre de março a maio de 2021, que equivale a 14,8 milhões de brasileiros desocupados, mantendo relativa estabilidade em relação aos trimestres anteriores – esse percentual é o segundo maior da série histórica iniciada em 2012, pois a taxa recorde, de 14,7%, foi registrada nos dois trimestres imediatamente anteriores, fechados em março e abril. Já a taxa de informalidade correspondeu a 40,0% da população ocupada, o equivalente a 34,7 milhões de trabalhadores informais – no trimestre anterior, a taxa havia sido menor, de 39,6%, e, no mesmo trimestre de 2020, estava em 37,6%, de modo que se tem 2,4 milhões de informais a mais do que há um ano.

No entanto, a grave situação dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil e a dificuldade de acesso à renda não eram muito diferentes no período pré-pandemia, de modo que os problemas em torno do desemprego e do trabalho informal acima apontados derivam também de um histórico de degradação e de piora das condições de vida da classe trabalhadora no país. Isso porque,

ainda no mês de fevereiro de 2020, na mesma pesquisa, a taxa de desemprego se encontrava estabilizada na faixa de 11%, enquanto que a taxa de informalidade no ano de 2019 foi de 41,1%, atingindo mais de 50% em onze estados do país – ou seja, o “trabalho informal”, sem qualquer regulação jurídica ou garantia de direitos trabalhistas e previdenciários já era a principal ocupação da população em onze estados brasileiros.

Diante disso é que se torna ainda mais atual e necessária a criação de mecanismos de garantia e efetivação do direito à renda básica aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Esse direito social nasce ainda no ano de 2006, quando foi incluído no artigo 6º da Constituição Federal o direito fundamental à alimentação adequada, uma vez que se deu ali a criação do fundamento constitucional para um conjunto de políticas públicas de combate à fome e garantia de renda no país. Assegurar uma alimentação mínima e adequada é possível apenas através da garantia de uma renda mínima, pois o combate à fome e às desigualdades sociais passa também pela efetivação do direito a uma renda básica garantidora das necessidades materiais e morais essenciais para uma existência digna das pessoas, sendo dever do Estado brasileiro a proteção social.



PROPOSTAS DE ATIVIDADES TERRITORIAIS

- Sessão de Cineclube sobre Trabalho e Desigualdades Sociais em Recife e RMR.
- Aplicação da pesquisa-ação nos Territórios.
- Intercâmbio entre os bairros e entre as experiências de implementação da renda básica no Brasil.



Vila Claudete - Cabo de Santo Agostinho
Acervo do Projeto

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES

- LIVRO** ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARTIGO** BARRETO, André. Renda Básica como um direito social diante do aumento da fome no Brasil. **Jornal Brasil de Fato Pernambuco**, Recife, 13 abr. 2021. **Disponível em:** <https://www.brasildefatope.com.br/2021/04/13/renda-basica-como-um-direito-social-diante-do-aumento-da-fome-no-brasil>. **Acesso em:** 5 set. 2021.
- LIVRO** BEZERRA, Aurélio; FERREIRA, Maicon; BEZERRA, Rafael. (Orgs.). **Manifestações Operárias e Socialistas em Pernambuco**. NEEEPD, Universidade Federal de Pernambuco, 2011. **Disponível em:** <https://drive.google.com/drive/folders/1T0ogshjJAVBbCxoBvhAOCyBSTzGn2W02>. **Acesso em:** 21 nov. 2021.
- FILME** **CABRA Marcado pra Morrer**. Direção: Eduardo Coutinho. Produção de Eduardo Coutinho e Zelito Viana. Brasil: Gaumont do Brasil, 1984.
- ARTIGO** CARNEIRO, Tita. **A fome e sua perturbadora presença**. **Jornal Brasil de Fato Pernambuco**, Recife, 8 abr. 2021. **Disponível em:** <https://www.brasildefatope.com.br/2021/04/08/a-fome-e-sua-perturbadora-presenca>. **Acesso em:** 8 set. 2021.
- ARTIGO** CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In:* **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

- FILME** **AmarElo** - É Tudo Pra Ontem. Direção: Fred Ouro Preto. Produção de Laboratório Fantasma. Brasil: Netflix, 2020.
- FILME** **ESTOU me guardando para quando o carnaval chegar**. Direção: Marcelo Gomes. Produção de Nara Aragão João Vieira Jr. Brasil: Vitrine Filmes, 2019.
- ARTIGO** GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- LIVRO** HARDMAN, Foot; LEONARDI, Vitor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1982.
- LIVRO** IANNI, Octávio. **Raça e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PESQUISA** IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Pnad. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2021.
- LIVRO** JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
- FILME** **LEVA**. Direção: Juliana Vicente e Luiza Marques. Produção de Juliana Vicente. Brasil, 2011.
- CURSO** LEVANTE Popular da Juventude. **Curso Fascismo e Racismo**. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1lvtDM4B36dGcwoZLxQU93m-CmxfMM3jeY>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- LIVRO** MATTOS, Marcelo Badaró. **A Formação da Classe Trabalhadora**: primeiros momentos. In: **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- LIVRO** MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres:** experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- LIVRO** MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala.** 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- DOSSIÊ** NUDOC - Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais Denis Bernardes. **Conflitos e Lutas no Cam-
po,** UFPE, 2020. **Disponível em:** <https://www.ufpe.br/nudoc/dossies>. **Acesso em:** 09 nov. 2021.
- DOSSIÊ** NUDOC - Núcleo de Documentação sobre Movimen-
tos Sociais Denis Bernardes. **Movimento Sindical em
Pernambuco.** UFPE, 2020. **Disponível em:** [https://
www.ufpe.br/nudoc/dossies](https://www.ufpe.br/nudoc/dossies). **Acesso em:** 09 nov. 2021.
- FILME** **QUE horas ela volta.** Direção: Anna Muylaert. Pro-
dução de Globo Filmes, Gullane Filmes e África Filmes.
Brasil: Pandora Filmes, 2015.
- SITE** **RENDA Básica que queremos.** 2020. **Disponível em:**
<https://www.rendabasica.org.br/>. **Acesso em:** 13 out.
2021.
- LIVRO** SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de clas-
ses:** mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Po-
pular, 2015.
- ARTIGO** SAMICO, Shirley; CORDEIRO, Priscila. Quanto tempo
dura a máscara da austeridade fiscal? Assistência So-
cial e os desafios na pandemia de Covid-19. *In:* CRESS/
UFPE. **Crise Capitalista, Serviço Social e Realidade
Brasileira: Reflexões e Perspectivas no Contexto
da Pandemia.** Recife: Ed. UFPE, 2021. **Disponível em:**

<https://www.ufpe.br/documents/38978/3573002/livro+CRISE+CAPITALISTA%2C+SERVI%C3%87O+SOCIAL+E+REALIDADE+BRASILEIRA.pdf/8e86d069-2a74-41ee-90a3-41baff8cfcf2>.
Acesso em: 20 out. 2021.

REPORTAGEM SAMPAIO, Cristiane. **Renda básica universal:** o que falta para concretizarmos essa ideia? Jornal Brasil de Fato, [s.l.], 17 set. 2020. **Disponível em:** <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/renda-basica-universal-o-que-falta-para-concretizarmos-essa-ideia>. **Acesso em:** 20 set. 2021.

PESQUISA SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A Fábrica de tecidos da Macaxeira e a vila dos operários:** a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MÚSICA SCIENCE, Chico; ZUMBI, Nação. **Da lama ao caos.** Rio de Janeiro: Chaos, 1994.

ARTIGO SILVA, José Bento Rosa da. **Por “desinteligência” e “questiúnculas”:** representações do cotidiano e do trabalho nas docas do Recife (1891-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, v.11, p.1- 20, 2019.

MÚSICA SOARES, Elza. **Planeta Fome.** Rio de Janeiro: Deck, 2019.





SEMINÁRIO DE AUDIOVISUAL

formatos viáveis



Várzea
Acervo do Projeto

MÓDULO

4 ORGANIZAÇÃO POPULAR: CULTURA, RENDA BÁSICA E TRABALHO É POSSÍVEL, É URGENTE, É NECESSÁRIO!

EMENTA

Um Projeto Popular para Recife e Região Metropolitana. Resgate e balanço das experiências no meio urbano e suas particularidades no processos de organização popular, a exemplo da Assembleia Popular, Congresso do Povo, Comitês da Frente Brasil Popular, campanhas e Cineclubes. Pautas e bandeiras prioritárias desses territórios, potencial organizador da luta, ontem e hoje: relação entre Cultura, Trabalho e Renda. A voz das experiências em que essa relação se expressa e a agenda de articulação e luta pela Renda Básica.

O QUE É O PROJETO POPULAR?

Quando dizemos que o nosso projeto é popular, queremos dizer que ele pretende organizar a sociedade em torno dos interesses, do potencial humano e dos valores dos grupos sociais que vivem do trabalho e da cultura. Achamos que, em cada momento, a sociedade deve definir conscientemente seus objetivos mais importantes e organizar-se para atingi-los. (CONSULTA POPULAR, 2011).

As bases teóricas do que chamamos de Projeto Popular já foram tratadas nos módulos anteriores quando referenciamos as ideias de importantes pensadores brasileiros sobre o caráter dependente e associado do capitalismo brasileiro e o perfil **autocrático da dominação de uma burguesia avessa às mudanças sociais**. Os de cima buscam manter seus privilégios entrelaçando as desigualdades do nosso presente com seu passado escravocrata, herança com a qual não querem nem podem romper sob risco de desaparecer enquanto classe.

O Projeto Popular se refere, assim, **ao processo de reconhecimento e organização das classes subalternas, dos marginalizados, dos desterrados, dos de baixo, como diria Florestan Fernandes, pelo qual o povo brasileiro busca forçar a sua entrada na história para realizar as mudanças estruturais que não foram, e nem serão, realizadas pelas classes dominantes do Brasil.**

Em outros termos, falar em Projeto Popular **é falar da força social organizada do povo brasileiro em torno de um programa que represente seus interesses coletivos na luta pelo poder**. Somente assim é possível superar a condição de nação inacabada e incompleta, rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

QUE MUDANÇAS ESTRUTURAIS SÃO ESSAS? COMO SABEMOS SE O PROJETO É REALMENTE POPULAR?

O projeto só pode ser popular se organizar as necessidades concretas do povo brasileiro expressas por seu nível de organização e consciência. Não é um agrupamento de pautas, mas seu programa deve representar o conjunto das bandeiras que unificam os interesses desta maioria.

Quando falamos em mudanças estruturais, é impossível não lembrar da luta pelas Reformas de Bases, na década de 1960, que mobilizaram milhares de trabalhadores por Reforma Agrária, Reforma Urbana, Educação e Saúde Pública universal, entre outras. A mera possibilidade de implementação dessas reformas somada ao receio dos de cima com quaisquer mudanças que ameaçassem a concentração de riqueza e poder, impulsionou o golpe de Estado em 1964 e mergulhou o país na barbárie da Ditadura Militar.

A redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980 foi palco de disputas entre esses projetos antagônicos. De um lado, o movimento democrático popular retomava o conjunto de bandeiras históricas voltadas à transformação radical da sociedade brasileira. De outro, a burguesia dependente, o capital internacional e as forças militares tensionavam por uma reabertura, lenta, gradual e segura que garantisse os privilégios dos de cima. A Constituinte de 1988 refletia a relação de equilíbrio entre essas forças em disputa. De um lado, conquistava-se na letra da lei uma série de direitos que abriam novas perspectivas de luta para as classes populares. De outro, a manutenção da concentração de poder e da estrutura estatal, recém-saída da ditadura, objetivava impedir a realização das reformas estruturais (Reforma Agrária, Reforma Urbana, Saúde, Cultura, Educação, Moradia), bem como a profunda desigualdade e

o abismo social existente entre a realidade cotidiana de acesso aos direitos entre as classes dominantes e o povo.

Esse povo, como também dissemos nos módulos anteriores, é a classe trabalhadora, a maioria da sociedade, os que só possuem a sua força de trabalho, são agricultores/as, mecânicos/as, médicos/as, professores/as, artistas, costureiros/as, vendedores/as, desempregados/as etc., ora mais, ora menos conscientes de nossa história e capazes de sonhar futuros. Sonhar, mas dedicar-se a fazer do sonho uma força viva de disputa do presente, esperar, construindo a si mesmo como força social transformadora.

O PROJETO POPULAR É VIÁVEL?

O futuro só existe a partir do que realizamos hoje. A viabilidade do projeto popular diz respeito ao processo de tomada de consciência organizada do povo em favor de seus próprios interesses.

A estrutura dominante capitalista, racista e patriarcal dissemina falsas ideias para a sua manutenção. Nos dizem que tudo sempre permanecerá como está, de que não podemos exercer poder, pois não sabemos o que queremos, que toda mudança já foi tentada e que devemos nos contentar com a realidade que temos, por mais miserável que ela se apresente. Tentam, assim, de toda forma, descreditar a possibilidade de um Projeto Popular de país. Trata-se de uma falsa ideia porque sempre que deixamos de nos organizar, de lutar por nossos direitos e disputar que país queremos, do outro lado, o latifúndio, o agronegócio, os especuladores, os banqueiros e as grandes empresas transnacionais, bem como seus representantes locais, seguem bem-organizados para a máquina de moer gente, nas palavras de Darcy Ribeiro (2015), não parar. Em outros termos, sempre que deixamos de lutar pelo país que queremos, deixamos em aberto o espaço para que estes setores retirem os direitos que conquistamos e ampliem a exploração e pilhagem sobre nossas vidas.

Nosso país é marcado por profundas desigualdades, mas também por incríveis e autênticas formas de resistência, criatividade e organização. Sem criatividade e coletividade não se sobrevive nas periferias deste país. As experiências de organização comunitárias, sindicais, populares e políticas não são obras do acaso ou de uma elite pensante, mas construções autônomas do povo. **É preciso resgatar a identificação do povo com as formas organizativas, vínculo constantemente disputado pela ideologia que desacredita o coletivo e reforça em cada um de nós o individualismo.**

O povo brasileiro — que se esforça, que se vira, que cultiva o chão, que constrói, que conserta, que busca trabalho país a fora, que reaprende todos os dias a sobreviver — é quem conhece bem o Brasil. Tem consciência da força, do potencial e da viabilidade do país. É no povo que estão nossas reservas humanas mais importantes — de disposição para o trabalho e para enfrentar dificuldades, de solidariedade, de potencial criador, de autenticidade, de valores e de alegria.

O QUE NOS IMPEDE DE CONSTRUIR ESSE PROJETO?

Para se construir uma força social capaz de apresentar resoluções aos reais problemas, é necessário enfrentar seus verdadeiros inimigos. Torná-los visíveis aos olhos do povo. O Projeto Popular para o Brasil é um processo cujo ponto de chegada é a democratização do poder e da sociedade brasileira. **Na medida em que nos organizamos vamos entendendo nossas tarefas: democratizar a terra, a informação, a cultura e as riquezas!**

É certo que **o inimigo central é a burguesia brasileira subordinada e/ou associada aos interesses imperialistas** e que esta nunca se propôs garantir às massas populares, o acesso à riqueza nacional,

por saber do potencial organizador desses direitos. Mas é possível identificar esse inimigo em cada esfera da vida, na cidade onde o povo vive e trabalha. Quando as grandes empresas de transporte limitam nosso direito de ir e vir pelos preços das passagens, quando os monopólios da comunicação limitam nosso direito à informação e tentam nos impor formas de pensar e de agir, quando os planos de saúde combatem o SUS atrelando nosso bem-estar ao consumo da saúde como mercadoria; quando transformam a educação, a água, a energia e tantos outros direitos em mercadorias.

Também é possível ver a expressão do inimigo em governos que não representam os interesses do povo, mas do mercado e sua "mão invisível" operando sem controle; que chamam de responsabilidade a preservação do lucro dos bancos com o dinheiro público; que atuam no Executivo, no Legislativo e no Judiciário para limitar todo e qualquer projeto que represente os interesses do povo.

A essas expressões do inimigo das classes populares trabalhadoras chamamos de forças de direita, articuladas em torno de um projeto excludente de sociedade, baseado na permanência das desigualdades como forma de manutenção de seus privilégios e de poder.

A crise recente reafirmou o que já sabíamos: nenhuma empresa e nenhum governo que tem seus interesses subordinados ao capital é capaz de dar respostas às necessidades do povo. Nesse contexto, as campanhas de solidariedade foram centrais para a organização popular e a resistência ao projeto de morte em curso.

ORGANIZAÇÃO POPULAR NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/PE

Os últimos anos da política nacional expressaram uma derrota de caráter estratégico aos setores populares, com sucessivas e profundas perdas e retrocessos sofridos pelo povo brasileiro. Como vimos acima, as classes dominantes brasileiras reagem ao menor sinal de conquistas e de democratização da sociedade brasileira. Esse foi o processo que vivenciamos desde a rearticulação das forças conservadoras que culminou no golpe contra a Presidenta Dilma Rouseff.

Essa articulação de forças conservadoras iniciou-se desde o primeiro dia de governo, com disputas de ministérios e pressões para recuperar a pauta neoliberal (arrocho salarial, reforma trabalhista, privatizações, Lei de Segurança Nacional...) fortalecendo os setores rentistas e a subordinação internacional aos interesses estadunidenses, para realizar as contrarreformas próprias da agenda neoliberal. O golpe representou o rompimento de uma aliança que chamamos de frente neodesenvolvimentista.

A necessidade de resistência ao golpe e aos retrocessos impôs a unidade das forças populares (partidos de esquerda, sindicatos e movimentos populares) que se organizaram em torno da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo desde 2015.

Para nós, falar em Projeto Popular é também fortalecer a unidade das lutas da classe trabalhadora, reforçar laços de confiança, generosidade e solidariedade entre as diversas organizações populares, buscar um programa comum e um horizonte estratégico de mudanças, bem como enraizar essas articulações no seio do povo. Na unidade, aprendemos com nossas derrotas e conseguimos visualizar caminhos de vitória.

Em Pernambuco, a luta contra o golpe testou a organização e luta do povo desde o acampamento de cerca de dois meses na praça do Derby e nas Caravanas Populares em Defesa da Democracia, contra a Privatização das Águas e em defesa do Rio São Francisco. No acampamento, vivemos cerca de dois meses instaurando, em plena praça do Derby em Recife, um lugar de convivência e debates sobre o Brasil que queremos. **A praça se tornou um comitê popular de formação política e planejamento de lutas comuns. A caravana**

*** O QUE FOI A FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA?**

Aliança entre os setores populares, representados pelo PT, com frações da burguesia (a fração denominada grande burguesia interna) reunindo setores variados do empresariado – indústria de transformação, construção civil, mineração, construção naval, parte do agronegócio e outros em busca de proteção frente à concorrência com o capital internacional) em prol do crescimento econômico do capitalismo brasileiro. Com a eleição de Lula em 2002, os governos petistas buscaram unir os setores da classe trabalhadora organizada que já representavam, com parcelas de uma burguesia interna, conformando na prática uma frente denominada de neodesenvolvimentista. “Neo” porque o velho modelo chamado de desenvolvimentista, que impulsionou a economia de 1930 a 1980, foi desmontado pela ofensiva neoliberal. Esta nova aliança, construída sem nenhuma formalidade, possibilitou os resultados econômicos positivos da última década. Contudo, tal projeto relegava a segundo plano a organização popular, ao subordinar os interesses populares à manutenção da aliança com setores da classe dominante. Esta última não teve dúvidas em romper tal aliança quando seus interesses se viram ameaçados pela crise econômica internacional, principalmente a partir de 2013.

popular foi uma dessas lutas, que percorreu as diversas regiões do estado promovendo debates, manifestações políticas e culturais, no reforço à organização do povo.

A organização que surge na resistência permaneceu e se fez expressar em diversas lutas nos últimos anos, desde as manifestações contra o machismo e a violência em cada oito de março, nas lutas da classe trabalhadora no primeiro de maio, nas manifestações antirracistas, nas lutas contra a LGBTfobia, na luta pelo sistema único de saúde, nas manifestações da juventude contra os ataques à educação pública, nos movimentos de moradia e nas organizações populares nos bairros da cidade.

A unidade e o reforço às organizações populares são tarefas mais urgentes e necessárias do que antes. Vivemos hoje a combinação entre a crise sanitária com um governo federal orientado por um movimento neofascista. Quando falamos em neofascismo queremos dizer que nos dias de hoje vivemos um movimento semelhante àquele projeto de barbárie e destruição que marcou o século passado. Se trata de mobilizar o ódio dos setores médios da sociedade contra os interesses da classe trabalhadora, visando interromper a democracia e impor um governo reacionário. A tragédia da pandemia não se deve, entre nós, somente à ação de um vírus. Ela é fruto da combinação entre o neoliberalismo e a misoginia, o racismo, o ódio e a tirania. Fortalecer as organizações populares é tarefa central na luta contra tal projeto: sempre que deixamos de nos organizar, de explicitar quais são os reais inimigos do povo brasileiro, abrimos caminho para que o reacionarismo passe a paupar os setores populares, levando os trabalhadores a afirmarem um projeto que vai no sentido contrário de seus próprios interesses.

QUAL A RELAÇÃO ENTRE PROJETO POPULAR, POLÍTICA DE SOLIDARIEDADE E A LUTA PELO DIREITO À RENDA BÁSICA?

Já se vão dois anos de pandemia da Covid-19 com a absurda marca de **mais de 600 mil mortos**, que no Brasil se somam ao retorno do país ao mapa da fome, à retirada de direitos, ao desemprego e ao aumento expressivo da miséria em todas as regiões do país. Enquanto isso, o **número de bilionários no Brasil cresce e o patrimônio deles se multiplica**, demonstrando mais uma vez que as desigualdades não são geradas por falta de recursos, mas pela concentração destes. Uns ficam mais pobres porque outros ficam mais ricos.

Hoje, **1% da população mais rica concentra 28,3% da renda total do país**, dados que já expressam a absurda desigualdade social, mas que se agravam quando olhamos sua distribuição pelas diferentes regiões, mostrando Recife como a capital mais desigual do Brasil.

A atuação genocida do governo na pandemia dá sinais de desgaste, que começa a se expressar no aumento dos índices de rejeição ao presidente. A rejeição se expressa também quando o povo volta a ocupar as ruas, com a retomada dos grandes atos públicos, onde o povo volta a marchar, de máscaras no rosto, álcool nas mãos, mas esperança no peito, cabeça erguida e ousadia em sonhar futuros. **As manifestações e atos públicos são os momentos em que demonstramos a força de nosso projeto.** É importante participar e reforçar esses momentos, sem nunca esquecer do lugar onde construímos e ampliamos nossa força: **através do pé firme, perene e organizado em cada território de luta (bairros, locais de trabalho, escolas, universidades, e assim por diante)** conjugando as possibilidades de conquistas emergenciais com a construção lenta do processo de organização popular rumo às transformações profundas e estruturais.

Um exemplo disso é o esforço recente das frentes unitárias de luta

em torno das campanhas de solidariedade. Entre elas, a **Campanha Mãos Solidárias/Periferia Viva**, realizada por um amplo conjunto de organizações populares e movimentos sociais, desenvolveu uma série de ações para responder às necessidades imediatas de pessoas cujas vidas foram duramente atingidas pela fome, desemprego, falta de moradia, limitação do acesso à educação e trabalho precário.

A solidariedade é, para nós, um valor permanente em toda luta e processo de organização popular. Ela não é um fim em si mesmo. Seu principal objetivo é auxiliar no processo de organização do povo para conquistar direitos e ampliar a participação popular. **Se a pandemia nos exigiu ampliar as ações de solidariedade, ela nos colocou um desafio ainda maior, que é o de garantir que o povo se reaproprie de parte da riqueza que lhe foi tirada**, disputando o fundo público do Estado para **a garantia de renda mínima**, uma política pública que enfrenta na atualidade os limites do auxílio emergencial, muitas vezes usado como moeda de troca e que não enfrenta as desigualdades agravadas pela pandemia.

O QUE É RENDA BÁSICA?

Renda básica de cidadania ou **renda básica universal** é uma renda definida e paga pelos governos a todos os seus cidadãos, independentemente de sua situação financeira ou exigência de trabalho, com o objetivo de prover o acesso universal às necessidades básicas.

DE ONDE VEM A PROPOSTA DA RENDA BÁSICA?

O debate da renda básica de cidadania surgiu em 1797 com Thomas Paine, durante as Revoluções na França e América do Norte.

Contudo, suas propostas só ganharam força a partir da Primeira Guerra Mundial. De lá para cá, foram várias as correntes de pensamento que discutiram sobre esse tema com diferentes perspectivas. É possível agrupar as propostas em torno das duas principais correntes de pensamento diante da realidade que vivemos. De um lado, temos os pensadores liberais ou até mesmo conservadores, que enxergam nesse tipo de política uma forma de manutenção das desigualdades, defendendo a seletividade de tais políticas na contramão de direitos universais. De outro, temos o pensamento reformista e o revolucionário, que pretende mudanças profundas com impacto na vida e na organização das classes subalternas.

Pensamos a renda básica a partir desse segundo sentido: **como um direito universal, voltado à garantia de condições dignas de vida**, que permitam à classe trabalhadora se organizar e lutar pela ampliação de seus direitos.

COMO ESSE DEBATE CHEGA NO BRASIL?

Em janeiro de 2004 o presidente Lula, em cerimônia realizada no palácio do planalto, sancionou o projeto de lei de Eduardo Suplicy Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004. A lei garante o direito de todos os brasileiros no país, e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil, não importando a sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário, podendo ser pago em parcelas iguais e mensais, iniciando-se pelas camadas mais necessitadas. (SUPLICY, 2002, n. p)

Hoje temos algumas experiências diferenciadas em cada região do país: o Programa Supera Rio (Rio de Janeiro - RJ), Programa Bora Belém (Belém - PA) e Programa Renda Básica de Cidadania do município de Maricá - RJ.

A proposta da renda básica vem sendo discutida pelos movimentos populares através de articulações como a Rede Brasileira de Ren-

da Básica (RBRB). Tal rede surgiu em 2019 com objetivo de defender a proposta como a maneira mais viável de alcançar a justiça social.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE RENDA BÁSICA E AUXÍLIO EMERGENCIAL?

Desvendar o significado de auxílio emergencial e renda básica cidadã nos convoca a reconhecer os deveres do Estado e os direitos dos trabalhadores.

-BOLSA FAMÍLIA -AUXILIO EMERGENCIAL -BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	RENDA BÁSICA CIDADÃ
São transferências condicionais, o direito é concedido para quem tem renda abaixo de determinado valor	Todas as pessoas que necessitem do benefício a ele têm direito
Voltada aos mais pobres, entre os pobres	Todos podem receber
Focalizado	Universal
Vinculado à situação familiar	Direito individual
Tempo determinado por fatores sociais e econômicos	Paga de maneira regular

Nesse contexto de crise humanitária, de enfrentamento da pandemia, o que tivemos não foi uma política de renda básica, mas políticas de transferência de renda. Essas, ainda que limitadas, e supostamente óbvias, foram fruto de muitas pressões e luta. Vejamos: com a epidemia já caracterizada, o governo se negou a con-

ceder auxílio emergencial. Somente quando pressionado, adotou em 2020 um programa em duas etapas.

AUXÍLIO EMERGENCIAL	
Número de Beneficiários	67 Milhões
Valor do Benefício Mensal	Inicialmente R\$ 600,00 posteriormente R\$ 300,00
Recursos Alocados no Ano	R\$ 300 Bilhões

Em 2021, com a epidemia já caracterizada como genocídio, o governo condicionou a concessão de um novo auxílio emergencial a uma reforma fiscal que retira recursos da saúde e educação.

Mais uma vez pressionado, o governo adotou um programa que carrega uma contradição fundamental. A necessidade de Proteção Social se tornou muito maior, e o auxílio emergencial se tornou menor.

AUXÍLIO EMERGENCIAL	
Número de Beneficiários	67 Milhões
Valor do Benefício Mensal	R\$ 200,00 (média)
Recursos Alocados no Ano	R\$ 40 Bilhões

E EM PERNAMBUCO?

Na tentativa de ir além dos limites do auxílio emergencial praticado pelo Governo Federal, a prefeitura de Recife criou o Auxílio Municipal Emergencial (AME - Recife), que repassa valores entre R\$50,00 e R\$150,00 para 120 mil pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza cadastradas no CadÚnico. Trata-se de um avanço, mas, ainda assim, de uma política focalizada que está longe de atender as necessidades do povo.

OPÇÃO DA PREFEITURA DO RECIFE	
Número de Beneficiários	29.700
Com Bolsa Família	12.500
Na fila do Bolsa Família	17.200
VALOR DO BENEFÍCIO MENSAL	
Com Bolsa Família	R\$ 50,00
Na fila do Bolsa Família	R\$ 150,00
Prazo do Benefício	2 meses
Valor Total dos Benefícios	R\$ 6,4 Milhões

Embora o número de beneficiários do Auxílio Emergencial da Prefeitura seja significativo, o valor e o prazo dos benefícios são pequenos. Com cinquenta reais por mês não é possível garantir mais do que cinco refeições simples ou cinco quilos de feijão.

Tais indicações nos levam a considerar que o Programa da Prefeitura do Recife tem um propósito louvável, mas sua natureza é simbólica, porque não enfrenta de forma concreta o quadro de crise humanitária.

A CAMPANHA DA RENDA BÁSICA EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA

Numa outra direção constitui-se, na Câmara de Vereadores do Recife, uma frente parlamentar em defesa da renda básica, composta por vários partidos com objetivo de debater a viabilidade de um programa de renda básica para o Recife. A proposta apresentada pelos vereadores Ivan Moraes e Dani Portela (ambos do PSOL) indicava que uma renda básica de R\$ 350 para as 30 mil pessoas mais pobres do Recife não é apenas viável, mas poderia ser implementada desde já como resposta à crise humanitária que vivemos. Eles apontam que este valor de 125 milhões por ano poderia sair da atualização do contrato [do serviço de coleta] do lixo, do custeio da máquina pública e da propaganda. Um redirecionamento do uso do recurso público com base nas prioridades escancaradas pela pandemia.

Nas cidades de Olinda e Paulista, existem também iniciativas protocoladas nas prefeituras. Em Olinda o vereador Vinícius Castello (PT) apresentou requerimento ao prefeito sugerindo a implementação de um Programa de Renda Básica Municipal, e em Paulista a vereadora Flávia Hellen (PT) solicitou ao Executivo a criação do mesmo programa. As iniciativas têm por objetivo conceder um auxílio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade social, pobreza e desemprego.

Se aprovadas, serão um importante avanço, mas a participação popular é um importante elemento dessa disputa, tanto na conquista imediata como na possibilidade de se avançar para uma renda básica cada vez mais próxima das necessidades reais da população, e é aí que entra a Campanha Popular pela Renda Básica.

O QUE É A CAMPANHA POPULAR PELA RENDA BÁSICA?

A Campanha Popular se coloca como instrumento de formação e articulação da participação popular no processo da luta pelo direito à renda básica, em diálogo com a frente parlamentar e todas as iniciativas institucionais, mas buscando meios de **aprofundar a compreensão sobre o orçamento público e as necessidades reais a serem atendidas por uma renda básica.**

É importante situar as razões pelas quais escolhemos centrar forças na educação popular e na luta por uma renda básica para o nosso povo. Nosso país vive hoje uma crise de destino. De um lado, nos últimos anos as classes dominantes têm sido hábeis em transferir as contas de sua crise para a maioria do povo trabalhador. De outro, a crise sanitária veio para agravar ainda mais o quadro de miséria gerado pela ganância dos de cima. **Ressurge diante de nossos olhos o quadro de profundas desigualdades sociais e regionais que vem repercutindo diretamente no rebaixamento das condições de vida e trabalho da maior parte da população no Brasil e, particularmente, no Nordeste.**

O quadro mais recente do contexto nordestino, conforme pesquisa do IBGE (2018), é de queda de 14,3%, em 2016, para 13,7%, em 2017, do total de domicílios que recebem Bolsa Família, somada a um conjunto de medidas que atingem também outras políticas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários como um todo. Em 2018, o Nordeste era a região com 29% dos desocupados do país, liderando o ranking de número de pessoas procurando trabalho há mais de dois anos. Dos 12,8 milhões de brasileiros nesta situação, 3,7 milhões eram nordestinos. O Nordeste representou 41% dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no país. Dos 6,6 milhões de brasileiros nesta situação, 2,7 milhões eram nordestinos.

Nesse sentido, enquanto o presidente usa o auxílio emergencial como moeda de troca e chantagem ao Congresso Nacional, condicionando-o ao ajuste fiscal, reduzindo ainda mais os poucos recursos destinados à saúde e educação, a cidade de Recife já se organiza na luta por um Programa Municipal de Renda Básica, luta que tem se expandido para outras cidades da região metropolitana e de Pernambuco.

DIREITO À RENDA BÁSICA: POR UM PROJETO POPULAR PARA RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA!

Quando falamos em Projeto Popular para o Brasil é dessa tarefa que estamos falando, porque só é possível mudar radicalmente as condições de vida da população brasileira se formos capazes de traduzir suas necessidades em um projeto de disputa do poder político na sociedade. A luta pela renda básica é parte desse projeto na medida em que traduz uma necessidade emergencial de nosso povo em um direito. Lutar pela renda básica faz sentido porque:

É PRECISO. O Recife quer ter um Programa Municipal de Renda Básica e tem o apoio da ampla maioria de quem vive na cidade, de quem sofre os efeitos, se organiza e enfrenta os problemas da imensa desigualdade entre pobres e ricos. Para quem luta por justiça, por direitos e defende a garantia de uma renda mínima a essas famílias, é urgente que o poder público municipal torne a renda mínima uma prioridade!

É POSSÍVEL. Porque o orçamento é público e deve considerar as necessidades do povo. O dinheiro existe e pode ser retirado do que não é urgente, do que pode ficar para depois. O município de Recife nunca teve despesas acima de **2,27% (2010-2020) de todo o seu orçamento com assistência social e/ou transferência de renda**, mesmo em um ano de crise sanitária e aumento do desem-

prego, como 2020. Somos a capital da propaganda do Nordeste, que gastou mais de R\$50 milhões com publicidade em 2020, durante a pandemia. Mesmo se houvesse queda na arrecadação, é possível remanejar o orçamento para priorizar o que é realmente prioridade: a vida das pessoas.

É URGENTE. Recife é a capital mais desigual do Brasil, o Índice de Gini (que mede os níveis de concentração de renda no mundo) mostra que a população pobre da cidade possui cada vez menos riqueza enquanto os ricos ficam cada vez mais ricos. Já passamos de **500 mortes pela Covid-19, a taxa de desemprego passa do 21%, ou seja, muito acima da média nacional, que já é trágica, de mais de 14%.** Já foi apresentado pela frente parlamentar um projeto de Lei que permite a inclusão da renda básica no orçamento que define sobre a repartição dos Fundos Públicos da Prefeitura do Recife para 2022. **A população precisa conhecer o calendário dessa decisão e os mecanismos de participação** para que essa proposta de uma renda básica para o município realmente corresponda as suas demandas.

E AGORA, COMO PARTICIPAR DESSA CAMPANHA EM RECIFE E AMPLIÁ-LA PARA OUTROS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA?

O horizonte é a conquista da renda básica. A tarefa é a organização popular para lutar por esse direito. Nesse momento, temos a oportunidade histórica de conquistar um direito fundamental que é o Direito à Renda Básica. Nosso desafio é, assim, estimular a participação das comunidades nos fóruns gerais que debatem a proposta e constroem o calendário de lutas em cada localidade e região. Para isso, propomos:

- Acompanhamento e fortalecimento dos fóruns de discussão em torno da Campanha Renda Básica em cada município;

- Articulações em torno do Plano Emergencial de Segurança Alimentar e Nutricional e do enfrentamento à pobreza em Pernambuco;
- É preciso desvendar, revelar e disputar os recursos do orçamento público de nossos municípios para que esses respondam aos interesses do povo;
- Formar equipes de pesquisa que possam realizar esse estudo do orçamento municipal e trabalhar esses dados no processo coletivo de organização das campanhas municipais;
- Participar, apoiar e construir iniciativas de solidariedade que organizam e formam o povo;
- Construir processos de formação que dialoguem com o nível de consciência do povo, enfrentando a ideologia conservadora;
- Identificar as pautas que mobilizam os interesses e necessidades do povo e construir relação com a luta pela Renda Básica como mediação para conquistas mais estruturais;
- Defender e participar dos instrumentos de participação popular do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

É tempo de prezar e valorizar, mais do que nunca, a autonomia e o compromisso com o povo. Lutar agora por um Programa de Renda Básica que responda às suas necessidades, acumulando forças na construção de um Projeto Popular para Recife e para o Brasil.

Construindo com carinho Palafita e caminho

Josué

Vejo tua estrela guia
Uma luz que alumia
E me diz a todo instante
Que nunca estarei errante

Josué

Nossa luta continua
Ontem mesmo eu via na rua
Um homem e um caranguejo
Comendo o mesmo sobejo

Josué

Tu que estudou a fome
Me diga qual é o nome
Do remédio ou da crença
Que nos cure essa doença

Vai Josué, vai pegar teu samurá
Vamo despescar viveiro
Guaiamum tá de andada

Oi beira de mar
É mesmo que tá no mangue
É mesmo que tá no sangue
Pescador tem que pescar

Oi beira de rio
Um a um o mangue amarena
A história de Josué
E o mundo segue seu fio

(Claudio Rabeca)



ATIVIDADES TERRITORIAIS

- Oficina de leitura e interpretação da pesquisa no território (sistematização e socialização);
- Construção de portfólio da memória do projeto: registros e relatos;
- Construção de agenda comunitária em torno da luta pela renda básica.



REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES

- PESQUISA** ARAÚJO, Maria do Socorro S. de S.; CUNHA, Maria Magnólia L. da; MUSSER, Rosimar dos Santos. **Chão de Estradas: o brilho das histórias de luta de um povo – uma experiência da organização comunitária na região metropolitana do Recife.** Monografia (Especialização em Associativismo) – UFRPE: Universidade de SHERBROOK – IRE-CUS – Canadá, Recife, 1993.
- LIVRO** BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto.** Recife: Ed. UFPE, 2013.
- PESQUISA** BEZERRA, Ítala Carneiro. **Reprodução e Resistência na Vida Cotidiana: uma Análise a partir das Experiências de Mulheres em Grupos Comunitários nos Bairros de Peixinhos/Olinda e Brasília Teimosa/Recife.** Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia; Salvador, 2021.
- ARTIGO** BITOUN, Jan. **Territórios do diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil).** **Revista de Geografia.** Recife, v. 16, n. 2, p. 41-54, dez/jan. 2000.
- SITE** **Campanha Renda Básica Recife, 2021.** Disponível em: <https://www.rendabasicarecife.meurecife.org.br/>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- PESQUISA** CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistências dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife (1955-1988).** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

- LIVRO** DECK, Ester *et al.* **Economia no pós pandemia:** desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- LIVRO** FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo:** últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.
- LIVRO** FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LIVRO** FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ARTIGO** GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. **Dívida, moradia e trabalho:** uma agenda feminista para o pós-pandemia. Revista Anfibia, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/deuda-vivienda-trabajo-una-agenda-feminista-la-pospandemia/>. Acesso em: 5 out. 2021.
- PESQUISA** IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sintese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.
- LIVRO** MIRÓ. **Miró até agora.** 2. ed. Recife: Cepe, 2016.
- FILME** **NARRADORES de Javé.** Direção: Eliane Caffé. Produção: Bananeira Filmes, Gullane Filmes, Laterit Productions. Brasil: Riofilmel, 2004.
- LIVRO** PAULA, Zuleide. **Peixinhos:** um rio por onde navegam um povo e suas histórias. Recife: MAGIS, 2009.
- LIVRO** PELOSO, Ranulfo. **Trabalho de Base.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- PESQUISA** PINTO, Emanuelle Chaves. **A mulher como sujeito da cidade:** uma história de vida nas lutas pelo viver e produzir o urbano no Iburá. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- ARTIGO** ROCHA, Lucas. **Enquanto fome avança, número de bilionários cresce no Brasil e seu patrimônio dobra. Revista Fórum,** 6 abr. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-no-mundo-mesmo-com-crise-gerada-pela-covid/>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- PROJETO** SILVA, Oswaldo Pereira. **Histórias da Brasília Teimosa:** Centro Educacional profissionalizante do Flau, (Projeto Brincantes das Artes, 2). Recife, 2017.
- PESQUISA** SOUZA, Camila. **Teimosa Senhora:** Histórias do Areal Novo à Brasília Teimosa atual. Monografia (Graduação) - Uninassau, Recife, 2017.
- LIVRO** SUPPLY, Eduardo. **Renda de Cidadania:** a saída é pela porta. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- FILME** **TERRITÓRIO Suape.** Direção: Cecília da Fonte, Laércio Portela e Marcelo Pedroso. Produção: Marco Zero Conteúdo e Símio Filmes. Brasil: Ventana Filmes, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4IXNqfoKNwo>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- ARTIGO** VILELA, Pedro Rafael. Como funciona a taxação de grandes fortunas em outros países? **Jornal Brasil de Fato,** 28 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/28/como-funciona-a-taxacao-de-grandes-fortunas-em-outros-paises>. Acesso em: 11 nov. 2021.

Título: Caderno de Formação de Formadores: Realidade Brasileira e Questão Regional - Cultura, Renda Básica e Trabalho em Recife e Região Metropolitana

Formato: E-book (PDF)

Autoria: Advane Silva Braga (Diva Braga), André Luiz Barreto Azevedo, Eduardo Mara, Evelyne Medeiros Pereira, Iyalê Tahyrine Moura Correia, Senhorinha Joana Alves da Silva

Colaboradores/as: Elisa Maria Lucena Albuquerque, Halina Cavalcanti Gouveia, José Whellison Brito dos Santos, Louise de Oliveira Xavier, Pedro Rafael Lapa, Shirley de Lima Samico

Coordenação Político Pedagógica: Advane Silva Braga (Diva Braga), André Luiz Barreto Azevedo, Beatriz Eudocio de Souza, Eduardo Mara, Elisa Maria Lucena Albuquerque, Evelyne Medeiros Pereira, Gabriela Pessoa Marques, Halina Cavalcanti Gouveia, Isa Gabriela Sena, Ítala Carneiro Bezerra, Iyalê Tahyrine Moura Correia, José Whellison Brito dos Santos, Liliane Alves de Azevedo, Louise de Oliveira Xavier, Maria das Graças e Silva, Pedro Henrique Reinaux, Pedro Rafael Lapa Senhorinha Joana Alves da Silva

Tipografia: Yu Gotic e Tw Cen MT Condense

Desenvolvimento: Proexc

Esta publicação é fruto do Projeto de Extensão Realidade Brasileira e Questão Regional: Cultura, renda básica e trabalho, financiado por emenda parlamentar do Deputado Federal Carlos Veras.



PROEXC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
E-mail: editora@ufpe.br | Site: www.editora.ufpe.br



PROEXC
PRO-REITORIA
DE EXTENSÃO E CULTURA

